

## Governo deixa pobres sem vacina, oxigênio e desempregados

AFP



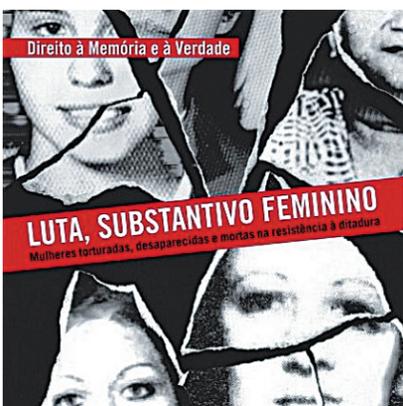
Desde 28 de dezembro, o governo militar sabia que iria faltar oxigênio nos hospitais públicos do Amazonas, mas não tomou nenhuma providência. Em consequência deste crime, duas mil pessoas morreram no estado por Covid-19. Quem pagará por estas mortes?

Este mesmo governo, depois de retirar direitos trabalhistas, co-

mo a aposentadoria, permitiu que os patrões demitissem 14 milhões de trabalhadores, jogou 27 milhões de pessoas na extrema pobreza e deixou de comprar vacina. Ao mesmo tempo, gasta o dinheiro público pagando juros aos banqueiros e comprando cloroquina e leite condensado.

Páginas 2, 3 e 5

### Mulheres foram torturadas em quartéis



Diferente do que disse o bufão numa live, centenas de mulheres foram vítimas de torturas em quartéis durante a ditadura militar. Conheça a história de algumas destas mulheres.

Página 12

Trabalhador da limpeza de Florianópolis



Jahy Pronsato

### Explorados, trabalhadores vão à greve

Página 4

### Banqueiros financiam extrema-direita nos EUA

Página 9

FRASE DO MÊS

“Eles sempre lutaram, pagaram seus impostos e todos nós somos trabalhadores, pagamos impostos e o mínimo que eles [governantes] podiam fazer era ter o básico: que era ar. A gente entende que a gente está num momento crítico, mas faltar o básico é algo assim irreparável. Perder e enterrar os pais simultaneamente, no mesmo dia, não tem quem suporte”.

*Iyad Hajoj, após ver pai e mãe morrerem de Covid-19 num hospital de Manaus, Amazonas*

Ouro e prata nas calçadas de Copacabana

Denise Maia, Rio de Janeiro

Copacabana, bairro da zona sul do Rio de Janeiro, com seus prédios em tons de azul, verde, vermelho e amarelo, num singelo colorido das cores do mar e o esplendor das variantes do sol, abriga nas calçadas os passos dos idosos, o latido dos cachorros, o brincar das crianças, jovens, mulheres e homens que, em algum momento, nas idas e vindas deste movimento, esbarram-se nas placas de propaganda que anunciam a compra e venda de ouro e prata.

Nas esquinas das principais ruas essas placas são sustentadas, em sua maioria, por mulheres que trabalham de segunda a sexta, das 9h às 18h, sem carteira assinada, sem direito a férias.

Conversamos com Kassiana dos Santos, jovem de 26 anos, que mora em Belford Roxo, cidade da Baixada Fluminense, e há um ano e três meses aborda os transeuntes numa esquina concorrida pelos comerciantes. Com o semblante sério, ela relata que, antes da pandemia, costumava levar para a loja que recebe e vende as joias, seis pessoas por dia. Hoje, consegue apenas uma. A maioria dos clientes são idosos que desejam se desfazer dessas preciosidades. “Dizem que não usam mais”, relata.

Com uma hora de almoço e 20 minutos de lanche, ganhando um salário mínimo, INSS pago e comissão adquirida com a concretização do serviço, ficar em pé durante tantas horas repetindo “compro e vendo ouro e prata” se tornou um hábito necessário para o seu corpo.

Num desabafo, revelou que “estava mais do que na hora da vacina chegar. Nunca passamos por uma situação como essa, com tanto descaso do governo. Nos outros países a vacina chegou faz tempo”. Kassiana lamentou o auxílio emergencial ter acabado, pois “muita gente que precisa irá sofrer por não receber. Para mim, o Bolsonaro foi forçado a dar esse auxílio. Ele não se importa em saber o que está acontecendo com o povo pobre, porque o dele está garantido. A vacina foi uma briga para ele autorizar. Não cumpriu com o papel de presidente”.

A situação da jovem Kassiana é mais um exemplo de milhares de mulheres brasileiras que são obrigadas a trabalharem de maneira informal e precária para poder se sustentar. Sair cedo de casa, enfrentar horas num transporte público lotado, de péssima qualidade, sem falar no risco diário de contaminação pela Covid-19, ficar mais de oito horas em pé nas ruas violentas de cidades como o Rio de Janeiro, não é uma realidade que agrada a ninguém. E, certamente, não foi uma escolha de Kassiana. Ela se junta aos milhares de jovens que se submetem a essa e a outras atividades para sobreviverem a cada vez mais difícil vida debaixo desse sistema de exploração capitalista.

Mas, mesmo assim, Kassiana não perde a esperança de uma vida melhor e, por isso, segue na luta cotidiana com a consciência que, como ela própria disse, “esse governo do Bolsonaro não se importa com o povo pobre”.

Fenaj: violência contra jornalistas dobra em 2020

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) lançou, no dia 26 de janeiro, dentro da programação do Fórum Social Mundial, o Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil – 2020. Foi o ano mais violento desde quando a entidade iniciou a série histórica, no começo da década de 1990. Um total de 428 casos de ataques foram computados – incluindo dois assassínios –, o que representa um aumento de 105,77% em relação a 2019, ano em que já havia ocorrido um grande crescimento das violações à liberdade de imprensa no país.

“Na avaliação da Fenaj, o crescimento está diretamente ligado ao bolsonarismo, movimento político de extrema-direita, capitaneado pelo presidente Jair Bolsonaro, que repercute na sociedade por meio dos seus seguidores. Houve um acréscimo não só de ataques gerais, mas de ataques por parte deste grupo, que, naturalmente, agride como forma de controle da informação. Eles ocorrem para descredibilizar a imprensa para que parte da população continue se informando nas bolhas bolsonaristas, lugares de propagação de informações falsas e fraudulentas”, afirma Maria José Braga, presidenta da Federação. A presidenta também destaca o registro – pelo segundo

ano consecutivo – de duas mortes de jornalistas como uma “evidência concreta de que há insegurança para o exercício da profissão no Brasil”.

Sozinho, Jair Bolsonaro respondeu por 175 registros de violência contra a categoria (40,89% do total de 428 casos): 145 ataques genéricos e generalizados a veículos de comunicação e a jornalistas, 26 casos de agressões verbais, um de ameaça direta a jornalistas, uma ameaça à Rede Globo e dois ataques à Fenaj.

Segundo o Relatório, houve crescimento em quase todos os tipos de violência. As agressões físicas, por exemplo, eram a violência mais comum até 2018, depois diminuíram em 2019 e, em 2020, cresceram 113,33%.

Também é o caso da violência de gênero. “Os ataques verbais e virtuais contra as mulheres jornalistas cresceram e sempre têm um caráter machista, misógino e com conotação literalmente sexual, o que é muitíssimo grave”, destaca Maria José Braga.

A Fenaj é uma das entidades que assinam um dos pedidos de *impeachment* do presidente por crime de responsabilidade contra o direito constitucional da liberdade de imprensa.

Da Redação

Um terço das mortes de enfermeiros no mundo ocorre no Brasil

Ludmila Outtes, Recife



O Brasil, embora seja 3% da população mundial, responde por 11% dos óbitos de enfermeiros do mundo, um total de 217,6 mil, até o dia 25 de janeiro, e infelizmente a tendência é de crescimento, graças ao desprezo do Governo Federal, que ignora as mortes e trata a doença como uma “gripezinha”. Mal tendo finalizado a primeira onda de casos, já fomos arrebatados com a segunda onda e uma cepa mais poderosa do vírus, que tem maior poder de contaminação (e ainda se estuda se também tem maior poder de letalidade).

Sem sinal de novas restrições de circulação de pessoas e funcionamento de estabelecimentos comerciais, quem mais tem sofrido com essa política genocida de Bolsonaro são os profissionais de saúde, sobrecarregados com a superlotação das unidades e cada vez mais expostos ao vírus, já que, apesar da vacinação contra a Covid ter começado, ainda foram poucos os profissionais vacinados devido à pouca quantidade de doses distribuídas nacionalmente.

Os profissionais de saúde representam cerca de 10% dos casos de Covid-19 no mundo (*Veja*, 16/09/20). Dos 3,5 milhões de trabalhadores em saúde, entre a rede pública e privada, 406.803 foram contaminados pela Covid-19 até 1º de dezembro de 2020, segundo dados oficiais do Ministério da Saúde publicados através do e-SUS Notifica (*Nexo Jornal*, 12/12/20).

Brasil tem altos índices

No Brasil, foram registrados pelo Ministério da Saúde, até agora, 508 óbitos de profissionais da enfermagem por Covid-19 – somente em 2021 já foram 30 mortes. Em todo o mundo, foram 1.500 óbitos desses profissionais em 44 países. Assim, o país figura entre os líderes de mortes de enfermeiros, respondendo por um terço das mortes desses profissionais no mundo.

“O fato de que o número de enfermeiros e enfermeiras mortos na pandemia seja similar aos que faleceram na 1ª Guerra Mundial é chocante”, afirmou Howard Catton, chefe-executivo do Conselho Internacional de Enfermeiros durante a divulgação do relatório de óbitos (*El País*, 08/01/21).

Além dos óbitos, outro número assustador é o de profissionais contaminados. Foram 46 mil enfermeiros e 105 mil técnicos e auxiliares de enfermagem, desde o início da pandemia, sendo afastados da linha de frente do combate à pandemia por, pelo menos, 15 dias (*CNN Brasil*, 12/01/21). Muitos que não morre-

ram ficaram com sequelas e permanecem afastados do trabalho até hoje.

Entre os estados, São Paulo é líder no ranking de casos e mortes de profissionais por Covid-19, seguido do Rio de Janeiro. Em Pernambuco, foram 25.165 casos confirmados entre os profissionais de saúde, mas o informe oficial não discrimina quantos desses profissionais foram a óbito.

Segundo o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), “durante a fase aguda da pandemia a falta de equipamentos de proteção individual comprometeu muito as equipes de saúde. E quando estes EPIs chegavam, muitas vezes eram materiais de má qualidade e pouca efetividade, que não protegem”, explica Eduardo Fernando de Souza, coordenador do Comitê Gestor de Crise Covid-19 do Cofen. “Agora, após a primeira onda da pandemia no Brasil, as contaminações e mortes destes profissionais podem ser atribuídas a outros fatores. A exaustão é um deles”, finalizou (*El País*, 08/01/2021).

Quando a esperança esbarra na corrupção

Com a aprovação das vacinas desenvolvidas por cientistas ao redor do mundo, a esperança foi renovada. Apesar do atraso provocado propositalmente pelo Governo Federal, as primeiras vacinas foram aprovadas pela Anvisa na tarde do dia 17 de janeiro, tendo início a vacinação em São Paulo.

Porém, já na primeira semana de campanha, várias denúncias de “fura-filas” surgiram em todo o país, a ponto de a vacinação ser suspensa no Amazonas, estado hoje mais afetado com a pandemia. Governantes que não estão na linha de frente nem são do grupo de risco não perderam tempo em garantir sua imunização, sem pensar no bem coletivo nem na prioridade que deveria ser seguida.

Enquanto isso, os profissionais que estão arriscando suas vidas diariamente nos hospitais e postos de saúde em todo o país, que têm seu psicológico abalado ao ter que escolher durante o seu turno de trabalho quem vive e quem morre devido à falta de insumos suficientes para todos, estão ficando para trás nessa fila imaginária.

Todos precisam ser imunizados para que possamos acabar de vez com a Covid-19. Porém, enquanto não atingirmos a meta de vacinação, setores como a saúde precisam ser priorizados para que possamos manter saudável nosso exército na guerra contra o vírus.

Ludmila Outtes, presid. do SEEP-PE

# Para enriquecer minoria, governo massacra pobres

Luiz Falcão

**H**á mais de dois anos, o povo brasileiro sabe que o governo militar de Bolsonaro é o pior governo do mundo. Com o relatório divulgado pelo Lowy Institute, conceituado centro de estudos com sede em Sydney, Austrália, no final de janeiro, essa verdade tornou-se conhecida mundialmente. Após longa pesquisa, que avaliou governos de 98 países, levando em consideração mortes, casos confirmados e mortes por milhão de habitantes, o instituto concluiu que o governo do Brasil teve responsabilidade direta nas mortes de 230 mil brasileiros pela Covid-19 e o classificou como a pior gestão pública na pandemia do mundo.

Os fatos comprovam o genocídio. Em março do ano passado, Jair Bolsonaro, junto com seus filhos e um bando de fascistas, foi um dos principais propagadores do vírus ao organizar manifestações exigindo uma intervenção militar e o fechamento do Congresso Nacional e do STF. Além disso, foi contra o distanciamento social, o uso de máscaras e chegou a “jogar praga”, afirmando que “todo mundo iria pegar o vírus, não tem jeito”. De lá para cá, ficou torcendo para que sua maldição se realizasse, mesmo que isso significasse abrir milhares de covas e levar à morte pais e mães, idosos, jovens e crianças. Por isso, e por sua aversão à ciência, sabotou todas as tentativas para que o Brasil tivesse uma vacina e imunizasse a população.

Do alto de sua idiotia, declarou que o imunizante da CoronaVac, produzido pela China e pelo Instituto Butantan, transformaria as pessoas em jacaré, e ordenou ao general que usurpou o Ministério da Saúde que não comprasse nenhuma dose da vacina chinesa. Entretanto, este mesmo governo pagou ao Instituto Serum, da Índia, um valor duas vezes superior ao que os países da União Europeia (UE) compraram a vacina da AstraZeneca. Vejamos: o Brasil pagou US\$ 5,25 (cerca de R\$ 27,00), enquanto a UE, US\$ 2,10 (R\$ 10,20). Pergunta: para o bolso de quem foi essa diferença?

A consequência dessa irresponsabilidade é que o Brasil não tem vacina para os trabalhadores que diariamente andam em ônibus e metrô superlotados. Aliás, falta vacina para os pobres, mas também médicos, respiradores, leitos de UTI e oxigênio nos hospitais públicos. O chefe do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, general da reserva Ridauto Lúcio Fernandes, afirmou no dia 28 de janeiro, na Câmara dos Deputados, que “há 600 pacientes em Manaus na fila e que podem morrer na rua”. 600 pessoas vão morrer na rua, sem nem entrar no hospital por falta de oxigênio. Um governo que deixa faltar cilin-

dro de oxigênio no Sistema Público de Saúde (SUS) e gasta R\$ 15 milhões comprando leite condensado, R\$ 45 mil numa esteira ergométrica e abandona sete milhões de testes num depósito, merece algum respeito do povo?

## Genocida e corrupto

Além de genocida, o presidente Bolsonaro foi escolhido a pessoa mais corrupta do mundo pela Organized Crime and Corruption Reporting Project (OCCRP), um consórcio internacional que reúne jornalistas investigativos e centros de mídia independente. Na decisão, o consórcio destacou o envolvimento do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do presidente, no escândalo das “rachadinhas” na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj); o dinheiro depositado por Fabrício Queiroz e sua esposa, Márcia de Aguiar, na conta bancária da primeira-dama Michelle Bolsonaro, além das acusações contra o próprio presidente. Para a OCCRP, “Bolsonaro se cercou de figuras corruptas, usou propaganda para promover sua agenda populista, minou o sistema de justiça e travou uma guerra destrutiva contra a região da Amazônia para enriquecer grandes proprietários de terras do país”.

Mas por que um desqualificado e despreparado como Bolsonaro chegou à Presidência da República? Como se sabe, o ex-capitão Bolsonaro (em 1988, ele foi para reserva após ser julgado pelo Tribunal Superior Militar por ter elaborado plano para explodir bombas em quartéis do Exército), contou na campanha eleitoral com generosa proteção dos monopólios de comunicação e recebeu financiamento da classe rica para montar uma rede de robôs e espalhar mentiras (fake news) pelo WhatsApp e YouTube. Teve ainda a sustentação do Alto Comando das Forças Armadas que fez inúmeras ameaças de golpes para intimidar setores da sociedade e deixar o terreno livre para este aventureiro.

Assim, mesmo com 89 milhões de eleitores não tendo votado nele, o falastrão tomou posse como presidente. A grande burguesia comemorou mais um governo da classe dos exploradores. Grandes proprietários de terras, banqueiros ou seus representantes foram nomeados ministros e passaram a fazer leis e adotar medidas contrárias aos trabalhadores e voltadas para enriquecer uma minoria. Logo no primeiro ano, o governo realizou uma Reforma da Previdência que praticamente acabou com o direito de aposentadoria dos trabalhadores. Em seguida, eliminou vários direitos trabalhistas e reduziu os salários dos operários para permitir que os patrões aumentassem seus lucros.

Com efeito, apesar da pan-

demia, estudo da Oxfam revelou que, em apenas cinco meses de 2020, o patrimônio dos 42 bilionários do Brasil passou de US\$ 123,1 bilhões para US\$ 157,1 bilhões, um extraordinário crescimento de US\$ 34 bilhões. Por isso, apesar de todos os crimes cometidos contra a nossa nação e seu povo, os grandes empresários seguem apoiando este governo genocida.

## Para onde vai o dinheiro do país?

O ministro da Economia Paulo Guedes, ele próprio um banqueiro bilionário, pôs à venda várias empresas da Petrobras e realizou a maior desvalorização da moeda brasileira dos últimos dez anos. Resultado, o preço dos alimentos disparou, o povo passou a pagar mais caro pela comida, energia elétrica, água e transporte. O gás de cozinha, por exemplo, sofreu 11 reajustes nos últimos nove meses.

Para elevar a transferência de renda para os ricos, após reduzir pela metade o valor do auxílio emergencial, extinguiu o programa aprovado pelo Congresso Nacional, embora a pandemia continue matando mais de 1.000 brasileiros por dia. Essa decisão autoritária e desumana jogou 27 milhões de pessoas na pobreza extrema, isto é, vivem com menos de R\$ 246 por mês, quando apenas a cesta básica mensal custa mais de R\$ 450,00.

Sem piedade, este governo, de um dia para outro, deixou dezenas de milhões de brasileiros e brasileiras sem condições para comprar o básico para o sustento; muitos passaram a pedir esmola nas ruas e calçadas para ter o que comer ou contar com a solidariedade de vizinhos. O governo militar de Bolsonaro se nega até mesmo a pagar R\$ 89 por mês a 3,7 milhões de pessoas que estão na fila do Bolsa Família.

Mas o dinheiro “economizado”, ou melhor, retirado dos pobres, não é usado para gerar empregos, como mostra o fato de o Brasil ter 14 milhões de desempregados e 35% dos jovens brasileiros nem trabalham nem estudam. Tampouco vai para a saúde pública, educação ou moradia. É tudo transferido para os bolsos de uma minoria de ricos. De fato, em 2020, o orçamento federal destinou ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública R\$ 1,381 trilhão, privilegiando principalmente grandes bancos e investidores nacionais e estrangeiros, informa a Auditoria Cidadã da Dívida.

Trocando em miúdos: o governo Bolsonaro é o retrato de corpo e alma da grande burguesia brasileira, a classe que, há mais de um século, rouba as riquezas do nosso país (ouro, madeira, petróleo, açúcar, soja, carne), promove uma gigantesca remessa de lucros para o exterior e explora sem



Falta de oxigênio matou centenas de pessoas em Manaus

piedade o trabalhador e a trabalhadora. Esta classe é proprietária das fábricas, dos shoppings, das redes de supermercados, dos frigoríficos, dos rebanhos e, por isso, se locupletam com ou sem pandemia.

Hoje, em nosso país, todos os dias ocorrem injustiças, os patrões demitem milhares de operários, e sequer pagam seus direitos; crianças são injustamente mortas nas favelas. Quem é rico ou tem amigos no governo pode roubar à vontade, estão aí os escândalos da “rachadinha”, dos laranjas do PSL e dos bilhões em isenção fiscal para as empresas amigas do bufão.

Verdade seja dita: um verdadeiro genocídio está sendo realizado no Brasil, mas os responsáveis, em particular Jair Bolsonaro, Pazuello e Paulo Guedes têm a mão amiga do Exército. O braço forte é usado somente contra os pobres, particularmente quando estes se levantam e deci-

dem lutar por seus direitos, quando os trabalhadores fazem greve ou os camponeses ocupam a terra. Com efeito, as Forças Armadas dizem que defendem a pátria, mas em troca de sinecuras e negócios escusos, são cúmplices da devastação da Amazônia, das “rachadinhas”, do assalto aos cofres públicos realizado pelos banqueiros, da submissão do país aos Estados Unidos e demais potências capitalistas e da miséria crescente da população brasileira.

Por isso, a luta para derrubar o governo militar de Bolsonaro é uma luta para democratizar os meios de produção, é uma luta para acabar com a falta de respeito à vontade do povo e com a opressão e a exploração de uma minoria de bilionários sobre o povo brasileiro.

**Lula Falcão**, diretor de redação de *A Verdade* e membro do Comitê Central do PCR

## Bolsonaro pode pegar 15 anos de prisão

Ex-integrantes da Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentaram um pedido ao procurador-geral, Augusto Aras, denunciando a conduta do presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da pandemia. O documento lista todos os crimes cometidos pelo ex-capitão contra o povo brasileiro e sua responsabilidade pela disseminação de epidemia. Condenado, a pena é de cinco a 15 anos de prisão. Veja os pontos elencados:

- Reiterados discurso contra a obrigatoriedade da vacinação, além de lançar dúvidas sobre a sua eficácia e efeitos colaterais;
- Imposição de obstáculos à produção e aquisição de insumos, como ocorreu no caso de agulhas e seringas;
- Ausência de resposta do governo brasileiro à oferta da empresa Pfizer, em agosto de 2020, de aquisição de 70 milhões de doses de seu imunizante;
- Declarações públicas diversas, inclusive por meio de suas redes sociais, de que não adquiriria a vacina fabricada pelo Instituto Butantan em parceria com o laboratório chinês Sinovac;
- Desrespeito à recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), sobre a necessidade de campanhas eficientes de esclarecimento da população a respeito da imperatividade da máxima cobertura vacinal para eficiência do controle da doença;
- Apologia ao uso de medicamentos comprovadamente ineficazes e/ou prejudiciais aos pacientes portadores de Covid-19;
- Má utilização de recursos públicos na produção em larga escala, pelo Exército brasileiro, de cloroquina e hidroxido-cloroquina, contraindicados em muitos casos clínicos por chances de complicações cardiovasculares, e aquisição de insumos com preços até três vezes superiores ao habitual;
- A prescrição, pelo governo brasileiro, do chamado “tratamento precoce” diante do alerta da escassez de oxigênio hospitalar na cidade de Manaus, cumulada com o aumento do imposto sobre importação de cilindros dias antes do colapso no estado do Amazonas.

Assinem a petição: ex-procurador-geral da República Claudio Fonteles, os ex-procuradores federais dos Direitos do Cidadão Deborah Duprat, Álvaro Ribeiro Costa e Wagner Gonçalves, o subprocurador-geral da República Paulo de Tarso Braz Lucas, e o desembargador federal aposentado Manoel Volkmer de Castilho.

Da Redação

# “O que estamos vivendo hoje é escravidão”

**T**rabalhadores rodoviários de Teresina, capital do Estado do Piauí, estão vivendo uma realidade dramática, recebendo menos que a metade de um salário mínimo, parte do ticket-alimentação e, mesmo numa pandemia, ainda tiveram cortado seu plano de saúde. Diante desta situação insuportável, eles organizaram uma paralisação durante três dias com uma adesão superior a 90% da categoria, demonstrando força e solidariedade da sociedade.

Esta mobilização, além de cumprir um papel fundamental no fortalecimento da consciência de classe na categoria, na qual só a luta e a organização podem trazer melhorias para sua vida, também obteve a conquista da restituição de parte do ticket-alimentação, pago pela Prefeitura.

O jornal *A Verdade* entre-

vistou alguns trabalhadores que relataram a situação que estão passando.

“Meu nome é Reinaldo Oliveira e trabalho desde 2009 na Empresa Santana. A realidade que estamos vivendo hoje é de escravidão porque eles não estão querendo pagar o salário que está registrado na carteira de trabalho. Estão querendo pagar por horas trabalhadas. Isso é uma injustiça que fazemos com o trabalhador, porque a gente está passando fome, necessidade. Tem muitos colegas nossos que estão passando fome em casa, chegando em casa e não têm o que o filho comer porque cortaram o plano de saúde, cortaram o ticket-alimentação. Não estamos querendo a riqueza deles, queremos nosso salário, nossa dignidade, para pudermos pagar nossas contas. Nós estamos pagando para trabalhar enquanto os pa-



Greve dos rodoviários parou Teresina

trões ficam no bem-bom. Eles precisam ter respeito com o trabalhador, pois nós saímos de casa de madrugada, arriscando nossas vidas.”

Trabalhadores chegam a receber entre R\$ 300 e R\$ 500. “Como sobreviver com este recurso? Apesar de estarem à disposição das empresas, não recebem as escalas de trabalho antecipadas, inclusive sendo avisados às vésperas do dia que vão trabalhar. Empresá-

rios só querem pagar por hora trabalhada. O que posso fazer, se vou para a empresa e me escalam para apenas uma viagem, sendo que estou à disposição da empresa. Tem que pagar o valor integral. É nosso direito”, desabafa o cobrador Carvalho, da empresa Emtracol.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores deram uma grande demonstração de força e união, mesmo sem o apoio do sindicato, mergulhado em de-

núncias de corrupção. “Não conquistamos todas as reivindicações, mas temos a certeza que os primeiros passos foram dados. A categoria vai continuar mobilizada para conseguirmos o salário integral e o plano de saúde”, afirma o cobrador Carvalho.

O trabalhador rodoviário é essencial para as grandes e médias cidades do país, responsáveis pela garantia da mobilidade da população, mas infelizmente são tratados sem o mínimo respeito pelos empresários e governos. Durante a pandemia, muito se falou de solidariedade, mas o que vemos dos grandes empresários é ganância e lucros, mesmo que isso signifique adoecimento, fome ou até mesmo mortes por péssimas condições de trabalho.

Alexandre Ferreira,  
Teresina

## Greve da Comcap mostra que a luta é o caminho

Júlia Ew e Matheus Menezes

Mal começou seu segundo mandato, e o prefeito reeleito de Florianópolis Gean Loureiro (DEM) já encaminhou para a Câmara dos Vereadores um projeto que ficou conhecido como “Pacotaço”, que ataca diversos direitos. Além de ferir o caráter público da educação municipal, disponibilizar para a iniciativa privada terrenos públicos, facilitar os despejos de famílias pobres e outras maldades, o prefeito e sua base na Câmara atacam uma categoria conhecida por sua unidade e luta na cidade: os trabalhadores e trabalhadoras da Comcap.

A categoria, que já havia feito uma greve vitoriosa em novembro/dezembro de 2020 pela manutenção do Acordo Coletivo, teve novamente que resistir. Usando a retórica mentirosa de que os trabalhadores da Comcap eram “privilegiados” e recebiam “supersalários” (narrativa essa endossada pela grande mídia, como o grupo ND, afiliada da Rede Record), Gean Loureiro propôs medidas que visam à privatização da autarquia.

Para ele, que sancionou o aumento do próprio salário para R\$ 27.740,11, quem trabalha com lixo deve ter salário de fome. O corte de “privilégios” da Comcap incluiu a redução em até 47% do ingresso dos trabalhadores, aumento da jornada de trabalho, redução do valor do ticket-alimentação, da hora extra, do auxílio-creche, da pensão por morte, a proibição de novos concursos e a privatização da autarquia com terceirizações de serviços.

Os trabalhadores demonstraram sua força, debaixo de chuva, e ocuparam a sede do canal ND de notícias, buscando o direito de dizer a verdade, quando foram ignorados pela mídia da burguesia. Também jogaram montes de lixo na Prefeitura, em protesto, e, após a manifestação, limparam tudo,

dizendo que quem faz sujeira é a Prefeitura e que a Comcap é quem limpa a cidade!

O jornal *A Verdade* esteve presente 24 horas na ocupação e na vigília no Centro de Valorização de Resíduos (CVR), quando a PM colocou viaturas e a cavalaria para intimidar pais e mães de família que lutavam por seu sustento.

Para mostrar quem são esses “privilegiados” da Comcap, *A Verdade* entrevistou vários trabalhadores que estavam na greve, que contaram um pouco de sua rotina de trabalho.

Jonas da Silva de Souza, 33 anos, é gari da Comcap há 12 anos. Ao ser perguntado sobre sua rotina, afirma: “Nosso roteiro de trabalho é muito grande. Em cada caminhão cabem sete toneladas e, a depender da demanda, podemos fazer três ou quatro carradas por dia. A nossa média é um carregamento de 18 toneladas para três garis, ou seja, seis toneladas por gari diariamente. Os nossos trajetos são longos, a minha equipe, por exemplo, faz mais de 30 quilômetros por dia”. Sobre os cortes propostos pela Prefeitura, afirma: “O gari precisa de nutrição mais forte, nós não temos como puxar 18 toneladas sem almoçar, sem nos alimentarmos direito. O prêmio de assiduidade, que dizem que é privilégio, é porque o gari vive com dor nas costas, no joelho, e a gente se obriga a vir trabalhar mesmo com dor. Isso as pessoas não sabem. Tirando quando a gente se machuca em acidente por descarte indevido, material irregular, carregar carrinho, roçadeira, limpeza pesada! Nunca sofremos um ataque tão forte, mas a nossa união chega a arrepia! Dá um entusiasmo, a gente sabe da nossa força e que tem o apoio da população. Quem vem criticar a gente em rede social é porque tem tempo pra isso e desconhece nossa luta! A

gente panfleta, dialoga com a população sobre a greve, explica que não é sobre aumento de salário, defende o sindicato, porque, se não fosse a organização sindical, não teríamos tanta força!”.

Vera Lúcia Prestes, 50 anos, é motorista do caminhão, acorda às 04h50, pega o ônibus às 05h25 e chega às 06h30 na Comcap. “Já fui motorista de caminhão, de ônibus articulado, rodoviário, urbano, trabalhei numa mineradora e depois aqui na Comcap. As mulheres enfrentam muito preconceito, mas a gente tem sempre que olhar pra frente e dar a volta por cima, ser sempre persistente no que quer. A missão da Comcap é não deixar ninguém desassistido, então a gente vai em todos os bicos, vielas... Às vezes não tem como fazer a volta e eu tenho que manobrar na marcha à ré com o caminhão! Nosso trabalho de limpeza é a base da cidade. Assim como uma residência, a cidade também necessita da limpeza, e esse é o trabalho dos garis, motoristas e margaridas da Comcap”.

João Vitor Silva tem 40 anos e é gari de coleta há 18 anos. Sobre a segurança no trabalho, afirma que “o EPI que recebemos é insuficiente. Trabalhamos seis dias por semana e recebemos dois pares de meia, dois pares de luva, duas bermudas e duas camisas. O principal problema é o sapato, que não é adequado para a categoria, pois é muito pesado. Não serve para usar todo dia por 30 quilômetros. Na pandemia do coronavírus só recebemos a máscara, o álcool gel e a limpeza dos caminhões no começo e no fim do trajeto através da pressão do sindicato, porque da chefia não veio nada. No mais, só disseram pra nós: “vai com Deus!”.

Alexandre dos Santos



Coragem e força dos trabalhadores

Luz, 38 anos, está na empresa há 14 como auxiliar operacional. “É desgastante, trabalhando nas ruas pegamos sol forte, calor, com a roçadeira e enxada nas costas. Temos apenas os EPIs básicos, caneleira, cinto, calça. Estamos sempre em risco de contaminação biológica e acidentes físicos, por conta de fezes de animais e objetos cortantes, por exemplo. Nossa insalubridade é de apenas 20%, mas estamos sujeitos a diversos casos de acidentes. Durante a pandemia não mudou quase nada”.

Elisângela Regina Machado dos Santos, de 26 anos, é gari de coleta convencional e acorda todos os dias às 5h para ir ao trabalho. “Eu trabalho no caminhão mesmo, serviço pesado, fazendo a limpeza urbana na coleta do lixo comum. Ser mulher na coleta é uma luta todo dia, é um desafio. Ainda tem muito preconceito, tem muita luta. Mas eu sei que pra gente chegar aqui muitas mulheres tiveram que dar a cara à tapa, lutaram pra estarmos aqui hoje, levaram tiro de bala de borracha em greves. Essa é a nossa luta diária, mostrar serviço, nossa força e nossa garra da mulher brasileira, mãe de família, que dá conta de três, quatro tarefas: somos multitarefa. Mais um desafio pra nós que somos cobradas e desvalorizadas, mas nós não somos o sexo frágil, somos o sexo forte!”.

Mariel R. Albino e Natanael N. da Cunha, ambos com 39 anos, trabalham como auxiliares operacionais. Em conversa com o jornal *A Verdade*, mostraram a diferença entre a empresa terceirizada (que durante a greve não deu conta nem de fazer a coleta tradicional, pagando R\$ 100 para um trabalho de 12 horas consecutivas sem

EPI para os funcionários) e a Comcap: “Só falando em coleta, são cinco tipos diferentes: coleta de lixo comum, reciclado, coleta de material orgânico, coleta de lixo pesado e lixo hospitalar. Fora as outras atividades como roçagem, capinação, varrição, limpeza de vala, abordagem de pessoas em situação de rua e vulnerabilidade, recolhimento de animais mortos, limpeza de praia e outros serviços. No Jardim Botânico fazemos doações de hortaliças à comunidade; e o Museu do Lixo faz a educação para reciclagem de crianças e jovens. A Comcap não é só uma empresa de recolhimento de lixo. Ela tem um papel de educação social muito grande”. “A gente trabalha no domingo, deixa nossa família em casa para ir limpar a praia para o turista que chega na cidade ver a cidade limpa. Estamos sofrendo risco físico, químico e biológico, pois nosso trabalho envolve gasolina, fezes de animais, fezes humanas, urina, poeira, bactérias do lixo hospitalar. Onde está o privilégio nisso?”.

A militância da Unidade Popular, da UJR, do PCR e o jornal *A Verdade* estiveram presentes em todos os dias da greve, em assembleias, vigílias, piquetes, passeatas, ocupações e enfrentamentos, compartilhando do pão, da angústia e da força desses trabalhadores de nossa cidade.

# A vacina é um direito do povo e um dever do Estado

Vinicius Stone, pós-doutorando em Bioquímica

**P**erto de completar um ano da primeira notificação no Brasil, a pandemia de Covid-19 já levou à morte quase 230 mil brasileiros, ou seja, cerca de uma a cada mil pessoas morreu de Covid-19 em nosso país. Além disso, as restrições impostas pela pandemia, associadas à péssima gestão do fascista Bolsonaro, levaram o desemprego a nível recorde em nosso país, atingindo mais de 14 milhões de pessoas. Além disso, o governo se recusou, durante esses meses de pandemia, a proporcionar um auxílio emergencial que de fato resolvesse os problemas das famílias trabalhadoras. Preferiu destinar mais de R\$ 1 trilhão aos bancos, diminuiu o auxílio pela metade e finalmente acabou com ele para o ano de 2021.

Bolsonaro constantemente usa seu cargo para fazer *lobby* de medicamentos sem eficácia comprovada, que em alguns casos aceleraram a morte de pacientes e ainda estimulou seus seguidores a constrangerem e agredirem profissionais da saúde que se recusassem a fornecer medicamentos como cloroquina e

ivermectina, que não são eficazes contra o novo coronavírus e estão sendo distribuídas pelo SUS em municípios como Porto Alegre, a partir do início da gestão de Sebastião Melo (MDB).

Desrespeitando todas as orientações da Organização Mundial da Saúde, o fascista Bolsonaro promoveu grandes aglomerações e desestimulou o uso de máscara, além de fazer pronunciamentos criminosos ironizando a gravidade da doença e desrespeitando o luto de centenas de milhares de famílias.

Recentemente, vários países iniciaram a vacinação contra a Covid-19 e, após forte pressão popular, o Ministério da Saúde finalmente iniciou a vacinação da população brasileira, com seis milhões de doses da vacina CoronaVac, produzida em parceria do Instituto Butantan com o laboratório chinês Sinovac.

Apesar da criminosa guerra ideológica que Bolsonaro promoveu contra a vacina, foi vencido e obrigado a iniciar a imunização. Em diversos locais do país o início da vacinação foi marcado pela alegria de profissionais da saúde e ido-

so que tiveram acesso ao direito de serem vacinados. Por outro lado, vimos também diversos casos de fraudes, como pessoas influentes “furando a fila”, furto de doses, profissionais que estão atuando na linha de frente serem preteridos por pessoas ligadas às empresas privadas que administram os postos de saúde e profissionais terceirizados da área de segurança, higienização e portaria de Unidades de Saúde terem seu direito negado pelas chefias das empresas.

Recentemente, vivemos um verdadeiro crime contra a humanidade em Manaus: acabou o oxigênio e os familiares das vítimas entraram em desespero para tentar salvar seus entes queridos. A falta de oxigênio afetou inclusive bebês prematuros e diversos pacientes precisaram ser enviados a outros estados. Além disso, graças à solidariedade latino-americana, o Estado recebeu 107 mil m<sup>3</sup> de oxigênio vindos da Venezuela, país tão difamado e atacado pelo governo brasileiro e pelas potências imperialistas. Mais recentemente, o Estado de Rondônia iniciou o envio de pacientes para ou-



Dra. Mellanie Fontes-Dutra

tros estados devido à superlotação. São cenas trágicas que anunciam o colapso da saúde no Brasil.

Frente a isso, é necessária a luta de todos os movimentos sociais, partidos políticos, coletivos e entidades no sentido de unificar toda a classe trabalhadora. Somente a luta do povo vai garantir a vacinação universal e gratuita!

**O jornal A Verdade entrevistou Mellanie Fontes-Dutra, biomédica, doutora em Neurociências e pós-doutoranda em Bioquímica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, hoje uma das cientistas mais importantes do país que, junto de outros pesquisadores e pesquisadoras, criou a Rede Análise Covid-19.**

**A Verdade - O que é a Rede Análise Covid-19?**

**Mellanie Fontes-Dutra** – A Rede Análise Covid-19 é formada por pesquisadores voluntários para o enfrentamento da pandemia. Surgiu no fim de fevereiro de 2020. Sentimos a necessidade de criar um grupo para os cientistas discutirem estes aspectos para que juntos pudéssemos criar estratégias de divulgação científica para a sociedade.

**Você acha que era possível ter um número menor de mortes em nosso país?**

Já tem estudos demonstrando que o engajamento nas medidas de enfrentamento vem salvando muitas vidas. É muito importante ter o engajamento

das autoridades também. Elas devem restringir a mobilidade urbana e levar informação à população, através dos seus meios oficiais, para acessar o grande público. Fora isso, as autoridades são um exemplo para a população. Se você tem um líder que desqualifica a pandemia e acha que ela não é grave o suficiente, uma grande parcela da população vai outorgar essa narrativa. Com certeza era possível ter um número de mortes muito menor, caso houvesse engajamento com as medidas de proteção. A parcela de responsabilidade em relação a esse número é muito grande. Por que ainda não temos uma campanha de divulgação pesada como a do Zé Gotinha? Esse enfrentamento, que deveria vir das autoridades, vem de várias outras esferas, mas a responsabilidade de promover saúde é do Estado.

**Como você enxerga o início da vacinação no Brasil?**

Era esperado que o início fosse lento, pois temos poucas doses. Os acordos de transferência de tecnologia das vacinas aprovadas vão se dar lá pelo fim do primeiro semestre do

ano. O que não era esperado era que entraves diplomáticos ocorressem para que os insumos farmacêuticos ativos (IFAs) chegassem ao Brasil. Os IFAs são muito importantes para as vacinas serem feitas, pois são o princípio ativo. E qualquer atraso leva à interrupção da produção, algo que não pode ocorrer agora. Esse início teve pontos muito negativos com esses entraves, que vêm de outros momentos em que a relação com países como a China foram estremecidas, por exemplo, por declarações completamente infelizes das autoridades. Essas coisas influenciam diretamente a nossa capacidade de vacinação.

**Qual a importância da vacinação?**

A vacinação é uma ferramenta que previne que a pessoa tenha a doença ou o agravamento da doença. A vacina também tem a proposta de ser mais abrangente, especialmente a da Covid-19, pois sabemos que o vírus gera novas variantes e a vacinação é capaz de prevenir o potencial de reinfeção por diferentes variantes. É uma ferramenta robusta

que tem o poder de gerar uma imunidade tão ou mais forte que a natural. Ela nos permite, a partir da imunidade de grupo, controlar os agentes infecciosos. Os casos de sarampo e pólio, por exemplo, vêm aumentando desde 2018 porque a cobertura de vacinação está baixando. As vacinas previnem cerca de dois a três milhões de mortes por ano, para se ter uma ideia. Não se pode falar de imunização de grupo sem falar de vacina.

**Como você enxerga a desvalorização dos cientistas e das cientistas de nosso país, considerando que as bolsas de iniciação científica, pós-graduação e pós-doutorado estão congeladas desde 2013 e os concursos públicos em Instituições Federais de Ensino Superior são cada vez mais raros?**

A desvalorização dos cientistas no país é trágica. Sabemos que a ciência começa lá na iniciação científica e muitas pessoas podem acabar não seguindo por não terem boas oportunidades durante a graduação. Boa parte da pesquisa científica brasileira é feita por

estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado) que movem os laboratórios de pesquisa. Sem os pós-graduandos não temos recursos humanos para produzir ciência no Brasil. O cientista devolve o investimento público na forma de conhecimento, novas tecnologias, desenvolvimento etc. Eu mesma não sei se conseguiria seguir na pesquisa se não tivesse bolsa.

**Deixe uma mensagem aos leitores de A Verdade.**

A principal mensagem é: seja questionador. Uma sociedade questionadora não estará aberta a ser seduzida por narrativas milagrosas. Nunca abram mão de questionar. Tudo o que eu falei é passível de ser questionado. Pesquise para saber se o que eu estou falando faz sentido. As pessoas precisam se dar o benefício da dúvida para que não sejam seduzidas por coisas que não vão ajudá-las a agir na sociedade que elas querem mudar, para chegarmos ao ponto de ter a sociedade que tanto almejamos. A ciência é uma ferramenta muito poderosa e a sociedade precisa enxergá-la como uma aliada.

## A biopirataria do dinossauro *Ubirajara jubatus*

No último mês de 2020, veio à tona uma descoberta científica relevante para a história natural brasileira. Foi publicada na revista paleontológica *Cretaceous Research* a descrição de uma espécie de dinossauro – que recebeu o nome de *Ubirajara jubatus* – que teria vivido há 110 milhões de anos, no período Cretáceo, na Bacia do Araripe, Ceará, e possuía uma aparência exótica, com características nunca antes vista em dinos. Porém, logo uma preocupação despertou entre os paleontólogos brasileiros: o processo de retirada do fóssil do território brasileiro. O material, encontrado em uma pedreira entre Nova Olinda e Santana do Cariri, saiu do país em 1995.

O paleontólogo Alexandre Kellner, que também é diretor

do Museu Nacional (RJ), apontou a possível ilegalidade. Segundo ele, no máximo o material poderia ter saído por empréstimo, o que indica que possivelmente o fóssil foi levado de maneira ilegal. Outros pesquisadores também questionaram a legalidade e foi feita uma mobilização virtual, através da hashtag "#UbirajaraBelonBR" ("Ubirajara pertence ao Brasil"). De acordo com a legislação brasileira, qualquer material fóssil encontrado em território brasileiro é propriedade da União. Para Kellner, os paleontólogos estrangeiros sabiam a importância e o valor do que haviam descoberto, agindo de má fé.

Uma portaria do Ministério da Ciência e Tecnologia, de 1990, coloca condições para que materiais científicos pos-

sam sair do país. Duas dessas condições são: que pelo menos um cientista brasileiro participe da pesquisa e que o material seja devolvido. Os paleontólogos que apresentaram a descoberta são do Reino Unido, México e Alemanha.

Apesar de se defenderem afirmando que obtiveram autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para o transporte dos fósseis, uma reportagem do portal cearense *O Povo* apontou que o funcionário que deu a autorização foi posteriormente condenado por improbidade administrativa. Um dos pesquisadores já se envolveu em uma polêmica idêntica em 2015.

Agora, os cientistas brasileiros enfrentam uma batalha pela repatriação do material. Já ti-

vemos que promover outras disputas judiciais para recuperar fósseis que integravam acervos de museus de história natural na Europa e nos EUA. Os vestígios do *U. jubatus* se encontram no Museu Estadual de História Natural de Karlsruhe, na Alemanha. O geólogo Artur Andrade, que foi diretor do escritório regional do DNPM no Crato a partir de 1996 – um ano após o crime – diz que, por ser um holótipo (exemplar único da espécie que serve de referência para as outras pesquisas) o fóssil “não poderia ter saído do Brasil”.

É interessante notar que, há dois anos, quando o Museu Nacional foi atingido por um incêndio criminoso – causado pelo sucateamento do patrimônio público promovido por sucessivos governos e os cortes de investimento nas agências de pesquisa, como Capes e CNPq – os

mesmos países europeus ofereceram peças de suas coleções para iniciar uma reparação das perdas causadas pelo incidente. Ou seja, a demagogia cínica dos países imperialistas “dá” com uma mão enquanto arranca de maneira criminoso com a outra.

O exemplo da nova espécie é apenas mais um na lista de crimes de rapina contra o patrimônio natural brasileiro. Os contrabandistas se aproveitam da vulnerabilidade socioeconômica de pessoas humildes que extraem esses fósseis em busca de sobrevivência mínima, comprando por uma bagatela, vendendo a peso de ouro para “cientistas” inescrupulosos e egocêntricos que ganham com os louros de suas pesquisas e preenchem seus currículos às custas da espoliação de países pobres.

**Guilherme Piva, Barbacena (MG)**

# Os militares e a tentação autoritária

O general comandante do Exército não gostou do artigo “Na pandemia, Exército volta a matar brasileiros”, de Luiz Fernando Viana (*Época*, 17/01/2021), e mandou o general chefe do Centro de Comunicação Social do Exército responder à revista.

O subordinado cumpre à risca o mandato do chefe e, no melhor (embora canhestro) estilo do velho e expurgado floriano, ou lembrando os tempos do grotesco marechal Hermes da Fonseca, mais que defender a corporação, supostamente injuriada, desanca o jornalista acusado de blasfêmia e tenta intimidar a revista, ou seja, investe contra a liberdade de imprensa: “(...) o Exército Brasileiro exige imediata e explícita retratação dessa publicação, de modo a que a Revista *Época* afaste qualquer desconfiança de cumplicidade com a conduta repugnante do autor e de haver-se transformado em mero panfleto tendencioso e inconsequente”.

O segundo general, por força do hábito, certamente, se expressa como se estivesse dando ordem a um subordinado. Ora, senhor, não existe “imediata retratação” na democracia: o general comandante que busque na Justiça uma possível reparação, nos termos da lei, como qualquer cidadão pode buscar.

Agora, conjecturemos. E se a revista não for acometida de medo e pusilanimidade, que farão os dois generais? Se tal é a pena que pesa como espada de Dâmocles sobre o periódico, que estará reservado ao articulista? Fosse nos idos do Estado Novo, ditadura imposta ao país pelas tropas do ministro da guerra, general Eurico Gaspar Dutra, os militares fechariam a revista e o coronel Filinto Muller prenderia o jornalista nas enxovias do Dops, no Rio de Janeiro.

Nos idos da ditadura de 1964, os fardados cassariam os

direitos políticos do articulista e o confinariam em Fernando de Noronha, como fizeram com Hélio Fernandes. Mas que fazer agora, quando o regime ainda é o democrático e constitucional? Ameaçam a livre expressão de pensamento, princípio das democracias ocidentais incorporado à nossa ordem constitucional como direito fundamental desde o primeiro texto republicano. Renunciam ao direito de resposta, que implica a contestação do articulado e ingressam no campo fácil das ameaças e da intimidação, artifício aliás muito cômodo, embora cediço, para quem pode usar a espada como último argumento.

Em síntese: além de arrogantes, os dois generais atentam contra a Constituição, o que constitui crime, pelo qual devem ser representados pelo Ministério Público.

Mas o texto dos generais, ademais de não responder ao artigo indigitado, repito, encerra uma série de imprecisões, ou inverdades, que, de tanto serem repetidas, tomam foros de verdade. Comento algumas delas.

Não é certo, por exemplo, que devemos nossa unidade territorial aos militares. A expansão é obra de mamelucos, negros escravizados, índios da ação genocida de bandeirantes saídos de São Paulo, mas saídos também da Bahia, de Pernambuco, do Maranhão, do Pará e do Amazonas. Segue-se o povoamento do sertão, obra do povo, a que se reporta Capistrano de Abreu. A integridade territorial, por outro lado, foi obra de nordestinos, na Colônia, e de gaúchos na Colônia e no Império em guerras que consumiram milhares de vidas. No Império foi obra da Regência, confirmada e consolidada na República pela diplomacia do Barão do Rio Branco.

É verdade que nossos soldados foram para os campos da Itália, já ao final da guerra (1944), combater as tropas do

Eixo, mas é igualmente verdade que fomos à guerra contra a insistente resistência dos generais Eurico Gaspar Dutra, Ministro do Exército, e do todo poderoso general Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior da Força, como está fartamente documentado. Aliás, na reunião do Ministério (27 de janeiro de 1942) que decidiu pela beligerância, a proposta foi apresentada pelo civil Getúlio Vargas, contra seu ministro da Guerra.

De outra parte, há certas e incômodas verdades que os generais não comentam, como a “guerra do Desterro” (1894) e o “ajuste de contas” do sanguinário coronel Moreira César, como não têm uma só palavra sobre o covarde massacre dos beatos de Antônio Conselheiro, para proteger os interesses dos latifundiários da Bahia. Ainda na República, em 1937, lembro o bombardeio do Caldeirão, no Ceará, contra os camponeses do beato Lourenço, evento esquecido à direita e à esquerda. Não sei se a Marinha registra com orgulho a Revolta da Chibata, de 1916.

Estamos falando em fatos recentes, republicanos. Mas não foi diverso o papel do Exército no império, sufocando, à custa de muito sangue, as tentativas de independência e republicanismo que caracterizaram, por exemplo, a Confederação do Equador (1824), esmagada, como a Revolução Praieira (1849), com a mesma fúria que antes se abatera sobre a Revolução Pernambucana, de 1817, e que terminou com o fuzilamento do Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo, que passou à história como Frei Caneca e hoje é pranteado como santo e herói.

O articulista da *Época* a ele não se refere, mas a historiografia séria desqualifica qualquer entusiasmo cívico diante de nosso papel na Guerra do Paraguai.

Os militares sustentaram, até a exaustão, em nome dos grandes proprietários, dois im-

périos, cujas bases radicavam no escravismo e na estagnação, uma das raízes do atraso de hoje. Preferiram, sempre, um país tacanho, de analfabetos e mal alimentados, de deserdados da terra, a tocar nos privilégios da classe dominante, sejam os velhos latifundiários do Império, sejam os grandes fazendeiros da primeira República, seja o empresariado rentista, improdutivo, de nossos dias.

O progresso é visto como ameaça, pois pode desestabilizar o *status quo* do mando secular.

E os militares brasileiros, a quem a Nação deve outros serviços, jamais se notabilizaram na defesa da democracia. Na República a golpearam insistentemente desde as ditaduras dos marechais Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894) até hoje. Vide o golpe de 1937, arquitetado por Góes Monteiro e operado por Eurico Dutra; o golpe de 1954, operado pelas três Forças e que teve no general Juarez Távora um de seus comandantes; a tentativa de golpe contra as eleições de 1955 (que teve entre seus líderes o general Canrobert Pereira da Costa e o brigadeiro Eduardo Gomes); a intencionalidade de 1961, encabeçada pelos três ministros militares e o chefe do Estado-Maior do Exército, general Cordeiro de Farias; o golpe de 1964, que nos legou 20 anos de ditadura, com seu rol de cassações de direitos políticos, prisões, torturas e assassinatos, muitos levados a cabo em dependências militares, como o assassinato de Mário Alves de Souza Vieira, no quartel da Polícia do Exército no Rio de Janeiro, e de Stuart Angel, na Base Aérea do Galeão.

Sempre na defesa da ordem (pleiteada por todos os privilegiados), dos interesses da grande propriedade da terra, da burguesia e do capital internacional, contra a emergência dos interesses populares, travando o processo histórico.

O fato é este: até hoje não

se fizeram as reformas necessárias para transformar a Nação em país soberano, como a reforma agrária pedida desde o primeiro império por José Bonifácio. Aliás, por defender “reformas de base” um presidente da República foi deposto e implantada, pelos militares, uma ditadura, pesadelo que ainda nos assombra.

As democracias não falecem por doença congênita. Jovens ou maduras elas são assassinadas, e só há uma arma capaz de atingi-las mortalmente: a espada, seja empunhada por uma sedição, seja por um golpe de Estado.

No Brasil e no mundo o golpe de Estado é a forma que as forças dominantes dispõem para chegar ao poder evitando os percalços de eleições. Ele ou é dado diretamente pelas Forças Armadas, ou é levado a cabo com seu assentimento cúmplice. Mas em qualquer hipótese nenhum golpe de Estado se sustenta sem o poder militar. No Brasil ele foi agente de todos os golpes de Estado levados a cabo com sucesso. E foi ele que abriu caminho para a aventura do capitão insidioso, e hoje lhe dá proteção. Os militares, portanto, na medida em que sustentam e participam do comando do governo, até mesmo (e com escandalosa inépcia) na administração da saúde (onde pontifica a estultice de um general da ativa), estão solidários com todos os seus erros e crimes, inclusive os de lesa-pátria, como a política externa que nos transforma em aliados subalternos do império do Norte e seus interesses.

Dessa obviedade histórica não podem fugir. Resta-nos supor que as Forças Armadas ainda conservem – porque nem todos os generais estão ocupando sinecuras no governo – capacidade de reflexão e, antes que seja irremediavelmente tarde, revejam o papel que estão cumprindo, contra a história que pretendem representar, contra os interesses do país e de seu povo, contra a vida e a esperança.

**Roberto Amaral,**  
cientista político

## Cuba produzirá 100 milhões de doses de vacina

Cuba, que possui pouco mais de 11 milhões de habitantes, anunciou, neste último mês de janeiro, que produzirá, a partir de tecnologia própria, 100 milhões de doses de vacinas contra o novo coronavírus. Ou seja, muito além do total de sua população, o que proporcionará o acesso do imunizante a outras nações.

Desde o início da pandemia, Cuba registrou menos de 20 mil pessoas infectadas e apenas 180 mortes, até o fechamento desta edição.

“A estratégia de Cuba para comercializar a vacina tem uma combinação de humanidade e impacto na saúde mundial. Não somos uma multinacional, cujo objetivo financeiro é a razão nº 1. Nosso objetivo é criar mais saúde”, afirmou Vicente Várez Bencomo, diretor-geral do Instituto Finlay de Vacinas.

Cuba desenvolve atualmente quatro vacinas: Soberana 1 e 2, Abdalá e Mambisa, to-

das em ensaios clínicos (fase I ou II). As três primeiras são administradas por injeção e a quarta por spray nasal. A vacina Soberana 2 iniciou esta semana seu teste clínico ampliado de fase II, que será estendido para 900 pessoas entre 19 e 80 anos, enquanto um novo teste com população pediátrica está previsto para ser realizado em fevereiro, para que ela também possa ser aplicada nas crianças. Após os resultados nesta etapa, passa-se à terceira fase, que prevê testes em cerca de 150 mil voluntários. Se um desses projetos receber a autorização final, será a primeira vacina contra a Covid-19 totalmente concebida e produzida na América Latina.

Sob embargo dos Estados Unidos desde 1962, a ilha teve que criar seus próprios medicamentos e vacinas. Atualmente, o programa nacional de vacinação infantil prevê 11 imunizantes, dos quais oito são fabricados no país, para o combate a 13

doenças. Desde a década de 1980, Cuba dedica um quarto de seu orçamento à saúde.

Outra inovação cubana é o Nasalferon, que possui propriedades imunomoduladoras e antivirais. Ele impede que o vírus passe das vias respiratórias superiores para as demais partes do corpo, modifica o número de colônias presentes no organismo e fortalece o sistema imunológico do paciente, evitando, assim, infecções mais graves.

A diretora de Ciência e Inovação Tecnológica do Ministério da Saúde Pública, Ileana Morales, explicou que o uso do medicamento se dá por meio da aplicação de uma gota, via nasal, pela manhã e outra à noite, durante um período de cinco a dez dias. Dados da Academia de Ciências de Cuba indicam que até agosto 17.241 profissionais da saúde e 1.010 pessoas vulneráveis haviam sido tratados com este medicamento.

### Sistema de saúde e brigadas médicas

Para Fabrizio Chiodo, professor de Química da Universidade de Havana, natural da Itália e um dos colaboradores estrangeiros que participam do desenvolvimento das vacinas Soberana, “a chave [do sistema cubano] está na saúde totalmente pública, na biotecnologia totalmente pública e na grande confiança existente neste sistema. Isso tem permitido, por exemplo, o confinamento com medidas de acompanhamento de casa a casa a partir do médico da família”.

“Em Cuba, a ciência está a serviço do povo. Existem programas de alto nível na televisão para passar a linguagem científica com facilidade”, relata Fabrizio.

Outro aspecto muito importante da política de saúde promovida pelo governo cubano são as Brigadas Médicas

Internacionais Henry Reeve, criadas em 2005 por iniciativa do então presidente Fidel Castro. Desde então, segundo o Consulado de Cuba em São Paulo, as brigadas cubanas trataram mais de 300 mil pessoas e salvaram mais de nove mil vidas, em mais de 160 nações. Dos quase quatro mil profissionais que integraram a iniciativa, 61,2% eram mulheres.

No enfrentamento à pandemia da Covid-19, a medicina humanizada e solidária de Cuba mobilizou quase quatro mil profissionais, especialmente médicos(as) e enfermeiros(as), e chegou a cerca de 40 países, ainda presentes, neste momento, em 26 nações, entre elas Angola, Qatar, Haiti, Honduras, México e Peru. Em reconhecimento à atuação dos profissionais cubanos da saúde, as Brigadas foram formalmente indicadas ao Prêmio Nobel da Paz 2021.

**Rafael Freire,** jornalista

# Estudantes lutam contra exclusão no Enem

Nos dias 17 e 24 de janeiro, foi realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), principal canal de ingresso às universidades públicas de nosso país. Com 5,8 milhões de inscritos, o Enem 2020 bateu o recorde de ausências (51% dos candidatos não compareceram à prova) e ainda foi marcado pela desorganização, desigualdade social e exclusão de uma grande parcela dos estudantes.

Durante quase todo o ano passado, o povo brasileiro se viu jogado em uma situação de miséria e pobreza, fruto das políticas neoliberais do governo e da pandemia da Covid-19. Na educação, com a ausência de políticas de inclusão social, o ensino remoto deixou milhões de estudantes fora do sistema educacional.

Reportagem publicada no site de notícias G1, no dia 06/07/2020, mostra dados assombrosos sobre o acesso à educação no último ano. Segundo a reportagem, em sete estados o ensino remoto não chega nem a 15% dos estudantes. Em outros cinco, cerca de 80% dos estudantes são ex-

cluídos e há ainda casos mais graves, como o Estado do Piauí, em que nove a cada dez estudantes não conseguiram assistir às aulas.

A realidade que vemos é que a desigualdade entre ricos e pobres só aumentou. Os ricos puderam ter tranquilidade para manter o isolamento social e os estudos durante a pandemia, enquanto os pobres tiveram que assumir responsabilidades na renda e nos cuidados da casa e não tiveram acesso ao ensino com qualidade no último ano.

Diante desse cenário, milhões de estudantes de todo o país se mobilizaram desde o primeiro semestre de 2020 pa-

ra pedir o adiamento do Enem. A campanha que se estendeu pelas redes sociais e pelas ruas teve grande participação do conjunto da sociedade e forçou o Inep (órgão responsável pela organização do exame) a realizar uma enquete que dava a oportunidade de os inscritos votarem em uma data para a realização da prova.

Porém, mesmo com mais de 50% dos votos para a realização no mês de maio, o governo decidiu ignorar a voz dos estudantes e realizar a prova nos dias 17 e 24 de janeiro. Nem mesmo a morte do diretor responsável pela organização da prova, na semana anterior ao Enem, por Covid-19,

impediu o governo genocida de expor os estudantes ao risco de contaminação.

Nos dias de prova, a Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (Fenet), em conjunto com outras entidades e grêmios estudantis de todo o país, realizou uma série de protestos com faixas, cartazes, entregas de panfletos e muita agitação na porta dos locais de realização de prova para denunciar os absurdos cometidos pelo Governo Bolsonaro contra os estudantes.

Como não poderia ser diferente com este governo incompetente, a desorganização foi regra. As aglomerações nas salas de aula e do lado de fora dos locais de prova foram denunciadas em vários estados. Diversos estudantes relataram que foram impedidos de fazer a prova porque a sala de aula estava superlotada.

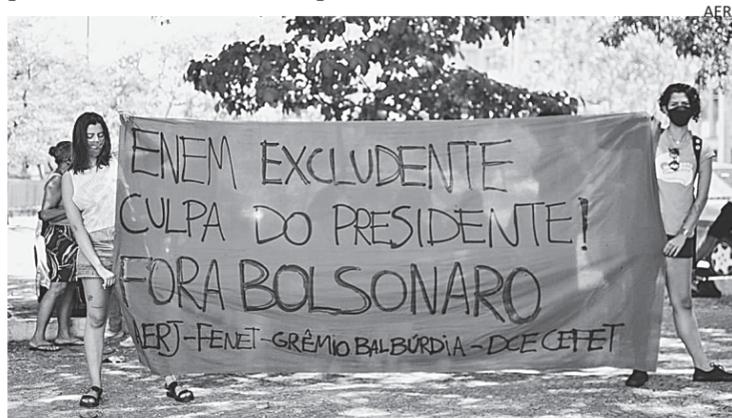
“Essa é a situação em que o Ministério da Educação, que o Governo Bolsonaro irresponsável e genocida colocou nossos estudantes”, declarou Giovanna Souza, coordenadora geral da Fenet, sobre o risco sanitário a que os estudantes foram submetidos. Gabryel

Henrici, secretário geral da União Nacional dos Estudantes (UNE), declarou: “O MEC demonstrou um total desrespeito com os estudantes brasileiros. É a vida de milhares de estudantes que está em jogo”.

A luta deve ser, sobretudo, pelo fim do vestibular, este funil que deixa milhões de estudantes de fora da universidade todos os anos. Neste ano, 5,8 milhões de estudantes se inscreveram para prestar o Enem e tentar pleitear uma vaga na universidade, porém, apenas 237 mil vagas estão disponíveis nas universidades públicas através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Ora, se é o povo trabalhador quem constrói os prédios das universidades, que limpa seus corredores, que alimenta seus estudantes e a sustenta financeiramente através dos impostos, por que é que estes não podem, também, estudar nessas instituições? A luta por mais investimentos na educação e pelo livre acesso ao ensino superior está na ordem do dia e é o grito que ecoa na voz dos estudantes de todo o país.

**Caio Sad,**  
coordenador geral da Fenet



## SOCIEDADE

# Caso Ford: a exploração do Brasil pelos monopólios estrangeiros

Stefan Chamorro Bonow, Porto Alegre

Presente no Brasil desde 1919, com a instalação da primeira sede em São Paulo, retirou-se daqui por livre e espontânea vontade – o que é o mais revoltante e terrível – a empresa Ford. Desde o início, ela e outras que a seguiram deram o tom da participação traçada para o Brasil nos 100 anos posteriores: montar. Nada de transferência de tecnologia, produção de peças, desenvolvimento de saberes. Para as empresas vindas para cá, o negócio era apenas o de juntar partes, usar mão de obra o mais barata possível, vender com a maior margem de lucro, ser competitivo à custa de salários mundialmente mais baixos.

Até o início dos anos 1960, a plena instalação da estrutura automobilística ocorreu mediante um pacto: a abertura de milhares de quilômetros de estradas e o sucateamento das ferrovias. Isso para, mais do que garantir as vantagens da entrada no mercado nacional, garantir a exclusividade do transporte terrestre como meio de ligação de um vastíssimo território, pouco importando o quão mais caro seriam frete e mercadorias. Na menor ameaça ocorrida, toda a indústria apoiou o golpe contra o presidente João Goulart, em 1964, e colaborou com os 21 anos de ditadura.

As grandes e poderosas corporações multinacionais do setor automobilístico negociam e cooperam com empre-

endimentos de várias naturezas. Elas fazem aquisições, fusões e diferentes categorias de parcerias e, assim, definem estratégias, estabelecendo alianças que protegem suas margens de lucro em tempos de prosperidade, principalmente no século 21. Nas épocas difíceis, repassam os prejuízos aos países empobrecidos em que se instalam, fazendo novas exigências, ameaças e deixando todos à própria sorte.

Mais do que uma longa trajetória empresarial, de oportunismo e rapina consentida por várias gerações da elite brasileira e partidos que têm governado o país, está chegando ao fim uma etapa do sistema capitalista. Com a crise econômica atual, cujos efeitos passam pela contínua desvalorização da nossa moeda, nem mais para mão de obra barata servimos. Nossa posição no sistema capitalista internacional depende do crescimento do nosso consumo, devido às nossas dimensões territoriais e populacionais, da proximidade a países vizinhos e parceiros.

Com o desemprego que o Governo Bolsonaro insiste em negar associado à inflação e contínua perda de poder de compra do assalariado, vai-se junto um dos pilares que justificaria a permanência da multinacional. Para selar a deci-



Ford demitiu 5.000 operários num único mês

são da Ford, a desvalorização cambial, que tem tornado o dólar mais caro em comparação à nossa moeda, atrapalha a importação de peças necessárias ao processo de montagem dos carros – as mesmas que não foram desenvolvidas nem nos ditos “áureos” anos, por covardia e canalhice na hora de buscar um enfrentamento em nome do crescimento tecnológico brasileiro.

Restaram as isenções fiscais, tradicionais instrumentos de chantagem utilizados pelas multinacionais, em nome da alegada geração de empregos, que fez governos abrirem mão de bilhões de reais em tributos como água, luz, IPI (Impostos sobre Produtos Industrializados), etc. Durante o período de estabilidade e crescimento do início dos anos 2000, pouco de efetivo foi feito para promover a tecnologia aplicada, que aumentaria nossa competitividade.

Na prática, desde a eleição de Collor, experimentamos variações do neoliberalismo.

Flexibilização de leis trabalhistas, privatizações, abertura para a entrada e saída livres de capitais, livre competição com produtos externos dão o tom da nossa participação. Foi amplamente facilitada a evasão de dinheiro para o exterior e a sonegação de impostos entre empresas e ricos, mas passamos a viver a crença de que seríamos mais competitivos e desenvolvidos. O resultado é que permanecemos tecnologicamente atrasados e matamos a indústria brasileira.

Houve tempo em que éramos produtores de material bélico (Engesa), aviões (Embraer), automóveis (Gurgel) e tecnologia eletrônica (empresas em parceria com a Telebras e para a produção de condutores e computadores). Hoje debocha-se desse passado e há quem ache bonito que tudo venha do exterior. Nosso lugar deve ser o de mero produtor de insumos simples de origem agrária?

### Isenções fiscais e cortes de direitos

Nos últimos doze meses, foram quase R\$ 70 bilhões em isenções fiscais às montadoras, concedidas pelo atual governo militar de fachada miliciana. Que não se venha dizer que é apenas por ignorância ou maldade de Bolsonaro. Que não se defenda o humanismo

da socialdemocracia, que governa nossos vizinhos da América Latina. Nos países nos quais a Ford permanece, continuam as isenções e nada foi melhorado. Montam automóveis da maneira mais simples.

Alguns ressalvam que a saída da Ford é normal, sendo uma indústria atrasada, de queima de combustíveis poluentes. Ainda mais no caso de uma empresa que está ficando para trás no desenvolvimento de tecnologias alternativas. E será que estamos em condições de abrir mão de alimentar trabalhadores? Nós, em nome de uma tecnologia longe de ser desenvolvida aqui, num governo que corta gastos com ciência e tecnologia? Que os países ricos comecem a dar o exemplo, abrindo mão de poluir.

A verdade, porém, é que a única maneira de garantir independência e soberania ao Brasil é a classe trabalhadora apropriar essas plantas de montagem de veículos, nacionalizar as mesmas áreas abandonadas pela Ford e que custaram bilhões aos cofres públicos (entenda-se cidadão brasileiro) e garantir os empregos.

É necessário construir uma alternativa de poder no Brasil, e esta alternativa não pode ser a direita autodenominada “centrão”, mas sim um governo socialista, que tenha certeza de quais interesses representa: os da classe trabalhadora. Somente o fim da conciliação de classes e a construção de um país sem explorados nem exploradores vai resolver os problemas econômicos de nosso país.

**Stefan Chamorro Bonow,**  
doutor em História, professor do IFRS e militante da  
Unidade Popular

# Dois anos de luta e resistência em Brumadinho

Às 12 horas e 28 minutos do dia 25 de janeiro de 2019, o rompimento da Barragem I da mina do Córrego do Feijão, de propriedade da mineradora Vale S.A, em Brumadinho, provocou a morte imediata de 272 pessoas, incluindo trabalhadores da empresa e moradores da comunidade e deixou um rastro de destruição e tristeza.

Aproximadamente 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro foram despejados no meio ambiente, destruindo comunidades, plantações, terras indígenas e os meios de vida e produção de inúmeros agricultores familiares e pescadores na bacia do Rio Paraopeba.

Isso porque, na economia capitalista, a natureza e os bens comuns são privatizados e transformados em mercadorias. Os rompimentos de barragens de rejeitos são a face mais cruel do atual modelo de mineração brasileiro, denominado neoextrativismo ultraliberal, que se orienta pela rápida e massiva exploração dos recursos naturais para exportação, associado a um conjunto de políticas ultraliberais, privatistas e de desregulação.

Além disso, no Brasil, a tecnologia utilizada para a extração de minerais ferrosos ainda acontece por “via úmida”, isto é, a separação dos minérios ocorre por diferença de densidade. Esta tecnologia, considerada obsoleta em muitos países, além de consumir uma enorme quantidade de água, produz um grande volume de rejeitos em forma de lama que são dispostos em forma de barragens.

Nos anos 2000, a crescente demanda da China por produtos minerais, especialmente de minério de ferro, fez explodir a mineração na América Latina, houve um aumento na demanda global por minérios e a



Protesto contra o crime da Vale em Brumadinho

elevação dos preços destes bens no mercado internacional. A partir de 2011, é observada uma diminuição na demanda global, principalmente pela desaceleração da economia chinesa.

Nesse momento, para garantir a margem de lucro dos seus acionistas, as mineradoras passaram a implementar medidas de contenção de custos, reduzindo gastos com segurança, meio ambiente e salários, terceirizando operações e cortando recursos destinados à manutenção e monitoramento de barragens e intensificando a produção. Somase a isso às negligências e a cumplicidade dos órgãos de fiscalização e governos municipal, estadual e federal.

Dois meses após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou, por unanimidade, a lei 21.972/16, que, entre outras diretrizes, criou a Superintendência de Projetos Prioritários (Supri). Foi por meio da Supri que a mineradora Vale S.A, apesar das inúmeras manifestações das comunidades e organizações ambientais, obteve rapidamente a licença de operação para a mina do Córrego do Feijão, incluindo as atividades na Barragem I. A licença foi concedida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente no dia 11 de dezembro de 2018. Poucos di-

as após obter a licença, no dia 25 de janeiro de 2019, a barragem se rompeu, resultando em uma das maiores tragédias do Brasil.

## Luta popular em Brumadinho

Desde o acontecimento deste crime, movimentos sociais e moradores vem realizando diversos atos e mobilizações exigindo justiça. Mesmo assim, o MP, a DPMG, TJMG, a Vale, Governo de Minas e Governo Federal trabalham para fechar um acordo em que os atingidos (pasmem!) não têm direito de participar.

Desde o rompimento em Brumadinho, a Vale pagava um auxílio emergencial para toda a cidade. Este auxílio foi cortado no final de 2020 e milhares de pessoas ficaram sem renda alguma, muitos destes viviam de atividades ligadas ao Rio Paraopeba, pois são ribeirinhos, comunidades indígenas, pescadores e trabalhadores em atividades do turismo. Essa postura altamente autoritária da Vale com total conivência das “autoridades” gerou grande indignação no povo de Brumadinho.

Nos dias 22 e 25 de janeiro, houve vários atos de trancamentos de vias e diversas mobilizações na cidade. “Total negligência, esse é o papel da Vale. Quem comete um crime hoje no país, ainda mais uma empresa poderosa como

a Vale, pensa que consegue comprar tudo e todos. E ela tá negligenciando todos os direitos adquiridos desde o rompimento. Ela cortou o auxílio emergencial. A partir de fevereiro agora, nós não temos mais auxílio. Ela bloqueou todas as indenizações individuais e cancelou um acordo coletivo. O nosso papel, o único caminho que a gente tem, felizmente, é a manifestação. E a gente prometeu pra Vale que ela não vai ter sossego enquanto não resolver o problema de todos os atingidos”, disse, Silas Fialho, morador do Parque da Cachoeira e liderança dos atingidos de Brumadinho.

## O caso do Distrito de Tejuco

No distrito do Tejuco, localizado próximo ao local onde a barragem da Vale se rompeu, cerca de 600 famílias vivem mais uma situação dramática. A água que abastecia a comunidade, provinda das limpas nascentes que desciam há milhares de anos próximas à Serra do Pico dos Três Irmãos, está completamente poluída por metais pesados da mineração.

Uma estrada aberta pela Vale anos atrás para comercialização de minério de ferro com a mineradora Mineral do Brasil (situada no mesmo distrito do Tejuco) foi reativada dias depois do rompimento da barragem para que servisse à operação de resgate e esta está situada a poucos metros do reservatório da comunidade. Com o intenso movimento, pequenos sedimentos de minério de ferro foram levados pelo ar contaminado e pelas chuvas até o reservatório de água da comunidade, provocando a poluição da água usada por milhares de pessoas. Muitos são os relatos dos moradores de dores abdominais fortes, vômito e diarreia.

Após a cobrança dos moradores do Tejuco, organizados na Comissão da Água e na Associação dos Moradores do Tejuco (AMT) e Comissão dos Atingidos e Atingidas e da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), a Vale passou a fornecer água mineral em fardos e caminhões-pipa passaram a abastecer a comunidade, mas o problema está longe de ser resolvido.

## O caminho a seguir

Carlos Drummond de Andrade, poeta mineiro que sempre se denunciou a mineração predatória, questionou nos versos do poema “Lira Itabirana”, publicado em 1984:

“Quantas toneladas exportamos

De ferro?

Quantas lágrimas disfarçamos

Sem berro?”

É o momento de as comunidades se organizarem ainda mais, aumentarem as denúncias, continuarem suas lutas e, ao mesmo tempo, dizer basta a uma economia criminosa que não preserva a vida humana e o meio ambiente, que devasta tudo em nome do lucro. Na verdade, sob a lógica capitalista, são levados os minérios e outras riquezas e são deixadas a destruição e as mortes.

Por isso, construir um novo modelo de mineração exige, primeiramente, a construção de um novo modo de produção e de uma nova sociedade, fundamentada pelos princípios da igualdade e do bem viver. Uma sociedade onde a apropriação e distribuição da riqueza seja justa e atenda às necessidades do povo. Uma sociedade socialista!

Marco Antônio,  
Leonardo Pericles e  
Hellen Guimarães

# A luta contra o despejo no Nova Mauá Júlia Batista, Mauá (SP)

Neste período da pandemia, o número de despejos dobrou, como já noticiado no jornal *A Verdade*, e segue crescendo em São Paulo e na Região do ABC. Além da dura situação dos trabalhadores desempregados que não conseguem pagar seus aluguéis e foram despejados, existe também a pressão do mercado imobiliário em lucrar com as terras ocupadas e de interesse público.

Exemplo disso, o ex-prefeito de Mauá, em seu último ato e na calada da noite, cedeu terrenos públicos para a iniciativa privada e tentou colocar em votação uma lei que permite a venda de terras públicas, nos moldes da lei aprovada em São Bernardo do Campo.

Isso não é novidade na cidade de Mauá, pois há um histórico de candidatos e políticos financiados e associados às famílias ricas e influentes da cidade (Grecco, Damo, Ja-

comussi), que exercem poder desde a época da ditadura, e que seguem acumulando bens e enriquecendo, exercendo grande influência nas decisões municipais.

A chamada especulação imobiliária, promovida pelos grandes proprietários de terra, aumenta o preço dos imóveis, principalmente em regiões mais bem estruturadas e de melhor acesso, fazendo com que a classe trabalhadora, cada vez mais explorada e com menores salários, seja obrigada a morar em regiões mais afastadas, ou sem infraestrutura. É o caso da Vila Nova Mauá, bairro localizado na divisa com a cidade de São Paulo, com infraestrutura precarizada e de difícil acesso a equipamentos essenciais.

Além das dificuldades já citadas, os moradores têm enfrentado uma ameaça ainda maior: a ameaça de despejo. Trata-se de uma área embargada, decorrente de inadimplên-

cias dos proprietários com a Prefeitura, que foi descaradamente loteada e vendida aos moradores como área regularizada pela Dantas Imóveis.

A imobiliária tem vendido os terrenos há anos, no nome de terceiros, prometendo escrituras e regularizações que jamais vieram, mesmo após a quitação do valor do terreno. É, recentemente, tem enviado intimações aos moradores, com a intenção de despejá-los.

No fim do ano passado, uma casa foi demolida de forma criminosa, sem mandato judicial, e um dos moradores do bairro procurou a Coordenação do MLB para auxiliar na organização do bairro. Organizando e reunindo o bairro, coletando informações sobre sua história de construção, foi possível perceber que as obras de infraestrutura são fruto do trabalho coletivo dos moradores, quando deveria ter sido executada pelos ex-proprietários da gleba, em de-

cisão judicial.

Também notamos o tamanho da pressão que a Dantas Imóveis exerce sob os moradores, com intimações que não param de chegar e tentativas de negociação de aluguéis. Essas ações ilegais estavam, até então, ocorrendo sob a tutela da Prefeitura, que não prestou apoio para a regularização do bairro, apesar das várias tentativas de contato por parte dos moradores, desde 2013, nas primeiras tentativas de despejo da área.

“Todos os anos sofremos ameaças de que vão derrubar as casas, de que vão nos tirar. Quando o prefeito Átila assumiu, ele veio até o bairro, nos reunimos na igreja local, e ele trouxe engenheiro civil e pessoas para fiscalizar e regularizar a área, realizar a infraestrutura, pros moradores ficarem tranquilos. Teve um prazo de três meses, que não foi cumprido, e até hoje não teve nada de infraestrutura. O que temos

na rua é concreto, que foram os moradores que se juntaram e fizeram, e a iluminação só veio em 2018, apesar dos pedidos protocolados desde 2015 na Prefeitura”, contou uma das moradoras do Vila Nova Mauá.

É inaceitável que o povo trabalhador, que investiu seu dinheiro e trabalho na construção dessas casas, que asfaltou as ruas, que resolveram seu próprio esgoto, se ver obrigado a sair de suas casas, ou mesmo pagar aluguel para um homem rico, que já vendeu os lotes e agora quer continuar lucrando em cima dessas famílias.

O MLB segue organizando a área e tocando a luta rumo a reivindicação de seus direitos, pressionando a Prefeitura e seus órgãos competentes a regularizarem a área, e garantir que nenhuma família seja desabrigada ou reintegrada pelo mando dos homens ricos da cidade.

# Quem são os golpistas nos EUA?

Celina Guimarães

Os oito militares do Comando Central das Forças Armadas dos Estados Unidos distribuíram aos soldados e marinheiros um comunicado condenando a invasão do Congresso, em Washington, no dia 6 de janeiro, e deixando claro que o próximo comandante de todos eles será Joe Biden, eleito presidente no dia 3 de novembro.

O Pentágono descreveu como um ataque ao Congresso, ao prédio do Capitólio e ao processo constitucional o que muitos acreditam ter sido uma tentativa de golpe de Estado. E por que os generais julgaram necessário refrescar a memória da turma a respeito do que diz a Constituição do país e de como funciona a democracia dos Estados Unidos?

Ninguém sabe ainda quantos soldados, policiais e marinheiros estavam presentes, como agentes ativos, no momento da invasão do Congresso. Mas alguns já foram identificados e afastados de suas funções em departamentos de polícia de cidades do leste e do oeste do país.

Alguns manifestantes foram flagrados usando comunicação por gestos que são usados pelas Forças Armadas. Uma cena gravada mostra um manifestante do lado de fora, diante de uma janela quebrada, usando um megafone para orientar os manifestantes. Dava ordens precisas a respeito do corredor certo, da porta a ser aberta. Havia organização e conhecimento do interior do edifício.

Alguns manifestantes que invadiram o Congresso carregavam algemas plásticas, aquelas que funcionam como os zíperes usados para trancar malas. As autoridades acreditam que eles pretendiam fazer reféns, prender, julgar e talvez

até executar alguns políticos que se recusaram a anular os votos dos eleitores da Pensilvânia, da Geórgia e de alguns outros estados onde Donald Trump perdeu a eleição.

Em uma cena que veio à tona uma semana depois da invasão, um manifestante discute, aos berros, com seguranças do Capitólio e, como quem explica que está coberto de razão, ele grita: “Nós estamos ouvindo o Trump, o seu chefe!”.

## Racismo e desamparo

O FBI e a Promotoria Pública Federal estão identificando, prendendo e indiciando os responsáveis visíveis, fotografados e gravados em flagrante. Mas pouco se fala das forças que alimentaram e financiaram o que culminou no dia 06 de janeiro, na capital do país. Os que alimentam, patrocinam e se aproveitam do sentimento de abandono que vem tomando conta de boa parte da população norte-americana há décadas.

Um abandono que vem da perda de poder aquisitivo, da redução do poder de compra real dos salários de quem ainda tem emprego e de quem não viu milhares perderem a única fonte de renda quando acordos comerciais facilitaram e incentivaram a transferência de fábricas para outros países.

Uma situação econômica cada ano mais difícil se mistura a um racismo enraizado em boa parte da população. Tão enraizado que as forças de segurança não se sentem, em princípio, ameaçadas ao saber de protestos de grandes proporções quando os presentes são quase exclusivamente brancos.

Joe Biden falou sobre isso nas mídias sociais. Com todas as letras, lembrou que, no ve-

ronto, quando muitos manifestantes eram negros, as ruas da capital estavam lotadas de militares e policiais. Em janeiro, quando todos eram brancos, ao contrário do verão, não se viu soldados da Guarda Nacional, fortemente armados, esperando por eles nas escadarias do Congresso.

Mas o racismo não explica tudo. Ele é um dos ingredientes do bolo que transbordou pelas janelas estilhaçadas e as portas arrombadas do Capitólio e ecoou pelos corredores do poder político norte-americano em palavras de ordem como “Enforque Mike Pence (o vice-presidente de Donald Trump)”, entre outras. Todos convencidos de que a causa era justa e necessária.

A tentativa de golpe trouxe à tona um possível racha futuro dos republicanos. Mais de 100 deputados do partido votaram a favor da anulação dos votos da Pensilvânia e do Arizona. Muitos convencidos de que Trump está certo. Outros, mais cínicos, temem a popularidade do ex-presidente, já que vão enfrentar as urnas em dois anos. Muitos já falam em uma divisão do partido e na criação de uma legenda liderada por Trump, que vai levar com ele vários representantes hoje no Partido Republicano. Esse seria um incentivo para vários líderes do partido votarem a favor do *impeachment* no Senado. Não como forma de encerrar a história e condenar o golpista maior, mas sim para impedir Trump de concorrer a qualquer cargo legislativo no futuro e assim se livrar da concorrência.

## Mercado financeiro financia extrema-direita

O Congresso já se organiza para investigar o que acon-



Militares participaram e organizaram ataque ao Capitólio

teceu no Capitólio. Mas será que vai até o fim? Difícil. Além dos meios (mídias sociais, canais de notícias, cantos mais sombrios da internet), seria necessário seguir a trilha do dinheiro. Levantar quem investiu na fabricação da revolta.

Aqui vai um exemplo em que meio e dinheiro se encontram: no dia 4 de janeiro, antevéspera da invasão, a presidente do Partido Republicano do Arizona, Kelli Ward, republicou a postagem de Ali Alexander, um dos organizadores da manifestação, que dizia estar preparado para dar a vida pela luta. E ela comentou embaixo: “Ele está. E você?”. No mesmo dia, de próprio punho, ela elaborou outra mensagem: “Isso é o que fazemos, quem somos. Viver por nada ou morrer por algo”. Esse é o meio. No caso, o Twitter.

A fonte financeira que deveria ser investigada vem do mercado financeiro. Os maiores contribuintes das campanhas de Kelly Ward são Robert e Rebekah Mercer, pai e filha, administradores de fundos hedge. Nas campanhas de 2016 e 2018 (deputados têm mandatos de dois anos), os dois foram os maiores contribuintes de Ward. A família também financia várias organizações que agora propagandeiam mentiras a respeito das eleições, seguindo a argumentação da fraude popularizada

por Donald Trump e motivo da revolta que invadiu o Congresso.

Se a investigação a respeito do que aconteceu no dia 6 de janeiro for levada às últimas consequências, vai ser preciso levantar todas as fontes de financiamento da revolta, analisar o papel das mídias sociais e da imprensa e olhar as questões de fundo que tornam boa parte da população americana vulnerável e pronta para seguir teorias conspiratórias e chamada à revolta, como disse o ex-assessor de Segurança Nacional de Trump, o general H.R. McMaster, em um programa de televisão pouco mais de uma semana depois do ataque ao Congresso.

Ele destacou que uma camada da população se sente alijada. Ele não foi mais longe, até porque o entrevistador não deu espaço, mas a sensação de abandono não se limita aos poderes políticos, e sim ao poder econômico. São mais de 50 anos seguidos de concentração de renda, de destruição dos sindicatos, de eliminação de qualquer possibilidade de olhar para a frente e ver um futuro melhor, mais seguro. Se Joe Biden não mexer nesse vespeiro, o próximo candidato radical da direita pode ser alguém bem mais esperto e preparado do que Donald Trump.

Celina Guimarães,  
correspondente nos EUA

## Peru: um novo ascenso das lutas sociais

Após sofrer uma das mais duras devastações neoliberais do continente, com o governo de Alberto Fujimori, o Peru vive um momento de reorganização da esquerda revolucionária e novo ascenso das lutas sociais protagonizadas pela juventude.

Em abril de 2019, o suicídio do ex-presidente peruano Alan García anunciou o fim de uma era política no Peru. García foi um político icônico para o país andino, diretamente envolvido tanto com a crise de Estado que deu origem à era Fujimori quanto com os governos posteriores à constituição ultraliberal de 1993.

Advogado, García foi presidente do Peru pela primeira vez aos 36 anos e cometeu suicídio aos 70, depois que as investigações sobre os atos de corrupção da empresa brasileira de construção Odebrecht apontaram sua implicação em casos de corrupção.

As denúncias de corrupção logo se expandiram, utili-

zando de todo o conhecido roteiro midiático para a criação de apelo popular: vazamento de áudios comprometedores e ações espetaculares do judiciário. Martín Vizcarra, do partido PPK (Peruanos para a Mudança), logo se viu implicado no centro das denúncias. Um processo de *impeachment* alegando incapacidade moral foi aberto, o que levou à sua deposição do cargo no final do ano passado.

É um fato que a corrupção descarada ocupa todos os espaços de governo no Peru, como um produto do modelo neoliberal implantado a partir da constituição de 1993, que normalizou e legalizou, de uma ou outra forma, o pagamento de propina e o favorecimento dos grandes capitalistas. Até agora, a maioria dos envolvidos no caso Odebrecht se encontra impune.

Também por conta disso, a deposição de Vizcarra não gerou solução política, e a situação no Peru segue se agra-

vando. A ascensão do presidente do congresso, Manuel Merino, do partido Ação Popular, provocou várias manifestações de rua, principalmente protagonizadas pela juventude, que inviabilizaram sua continuidade no governo.

Segundo Mariana Allejo, coordenadora do Movimento de Mulheres pela Libertação Social em Lima, as mobilizações do mês de novembro foram um estalo de descontentamento popular, com grande maioria de jovens sem experiência política. Essa juventude aprendeu e se politizou através da luta de rua. Está acontecendo agora um ressurgimento dos movimentos sociais de juventude e o fantasma da perseguição à esquerda e ao movimento revolucionário, fruto da campanha anticomunista dos anos 1980, vai desaparecendo aos poucos.

Ao final, o Congresso peruano decidiu eleger um presidente com mandato tampão até as eleições de julho deste

ano. Francisco Sagasti, do Partido Morado, é um governante da direita liberal que busca confundir o movimento social, no caminho do reformismo. As organizações da esquerda revolucionária o têm como inimigo e preparam as condições para novas lutas sociais.

Os números dos atingidos e mortos pelo novo coronavírus expressam a crise vivida no País, com quase 40 mil mortos por Covid-19 para uma população de 31 milhões de habitantes.

A constituição fujimorista de 1993 deu ampla liberdade ao capital privado e aboliu uma série de direitos sociais, gerando sérias limitações à atuação do movimento popular. Atualmente, não existem guerrilhas em ação no país, já que o Sendero Luminoso degenerou como parte do narcotráfico, demonstrando que nunca foi de verdade um agrupamento revolucionário.

Por muitos anos, a superação dessa tragédia social que

os anos 1990 deixaram de herança parecia sempre distante, e as possibilidades de transformação social colocavam sempre a nação peruana na retaguarda do continente.

Mesmo as mais recentes expressões de representatividade e identidade nacional indígena, que emergiram no continente nos últimos anos, ainda não encontraram suficiente respaldo entre os peruanos, que têm 73% da sua população de origem indígena.

Mas as últimas manifestações populares estão apontando para um novo momento histórico, de reorganização da esquerda revolucionária com forte adesão de novos setores da juventude. Na medida em que essa tendência se mantenha, o seguimento dessa organização gerará, mais cedo do que se espera, um novo momento de luta social e protagonismo da esquerda revolucionária peruana.

Sandino Patriota, São Paulo

# Olga Benario Prestes nos arquivos da Gestapo

**C**ompreender a história da nossa classe é essencial para participarmos do processo revolucionário. Precisamente por isso, milhões de documentos são escondidos da população, a exemplo dos arquivos das ditaduras militares que assolaram a América Latina na segunda metade do século passado. O mesmo ainda ocorre com os regimes fascistas, marcados por assassinatos e censura.

Não só esses regimes, mas o capitalismo como um todo nega a história das mulheres que lutaram pela emancipação da classe trabalhadora. Ainda estamos tomando consciência de capítulos que comprovam que o motor da história é a luta de classes e as mulheres sempre tiveram um papel imprescindível nesse processo.

Olga Benario é um dos exemplos de mulheres que deram suas vidas pela causa dos comunistas, pela libertação do nosso povo.

Para aumentar nosso conhecimento sobre Olga, sua filha Anita Leocádia Prestes foi encontrar em Moscou mais detalhes sobre a história de sua mãe. Hoje, encontram-se na capital russa em torno de 2,5 milhões de documentos recuperados pelo Exército Vermelho no final da Segunda Guerra Mundial. Desde 2015 tais documentos estão disponibilizados para consulta pública e, em 2018, foram digitalizados. Nestes documentos existem 28 mil dossiês da Gestapo, a polícia secreta do regime nazista alemão. Dentre eles, estão 2 mil documentos do “Processo Benario”, um dos maio-

res arquivos de uma vítima do regime nazista, algo que demonstra a força da luta de Olga Benario contra o fascismo e o capitalismo.

Com base nestes documentos, Anita escreveu o livro “Olga Benario Prestes: Uma Comunista nos Arquivos da Gestapo”, lançado em 2017 pela Boitempo Editorial, obra que serviu de base para a produção desta matéria e que é indicada a toda militância socialista e comunista.

Fazem parte do acervo cartas dos seis anos em que Olga ficou presa. São cartas trocadas com seu marido, Luiz Carlos Prestes, sua sogra, Leocádia Prestes, e cunhadas, além de informações de prisões, transferências de campos de concentração e de sua execução, ocorrida em abril de 1942.

Olga nasceu em 12 de fevereiro de 1908, em Munique, capital da Bavária, na Alemanha. Filha de um renomado advogado e de uma mãe rica, Olga descobriu o Partido Comunista cedo, com 16 anos, quando se juntou à Juventude Comunista, momento em que saiu da casa dos pais.

Seu primeiro grande feito envolveu a organização tática da ação de libertação do professor Otto Braun. Após a ação, ela e Otto se exilaram em Moscou. Lá Olga fez treinamento militar e aprofundou seu conhecimento sobre a teoria marxista-leninista.

Rapidamente, Olga passou a ser dirigente da Internacional Comunista da Juventude, atuando em diversos países da Europa. Neste período, ela é recrutada para cuidar da segurança de Luiz Carlos Prestes,

brasileiro que também estava exilado na União Soviética devido à acusação de desertor do Exército brasileiro. Ambos foram designados para fazer a luta revolucionária no Brasil de forma clandestina.

Chegando aqui, Olga participou de reuniões políticas e acompanhou de perto os levantes antifascistas contra o ditador Getúlio Vargas, em 1935. Neste ano, Olga é presa e extraditada para a Alemanha nazista. Antes disso, descobre que está grávida e exige, por meio de um *habeas corpus*, o direito de ter a filha no Brasil, pedido negado pelo Supremo Tribunal Federal.

Aos sete meses de gravidez, foi enviada para a Alemanha e presa sob a acusação de conspiração e alta traição. Logo teria início uma grande campanha pela libertação de Olga e de sua filha Anita, encabeçada pela mãe de Prestes, Leocádia. A sogra de Olga uniu milhares de pessoas que exigiram sua libertação. Assim, conseguiram corresponder-se com ela, além de enviar alimentos, o que garantiu a sobrevivência de Anita.

Após muita luta, Anita foi entregue à avó Leocádia. Ainda em 1938, Olga foi transferida da prisão de Barnimstrasse para o campo de concentração de Lichtenburg, em Prettin, ao sul de Berlim. Lá, ela passou por diversas privações e torturas.

Em 1939, Olga foi transportada para o campo de concentração de Ravensbrück, ao norte de Berlim. Milhares de relatos afirmam que este era um dos piores campos de concentração do regime nazista. Olga continuou sendo tortura-



Anita Prestes e militantes do Movimento Olga Benario (RS)

da, inclusive no trabalho escravo exaustivo. Em abril de 1942, foi incluída em uma lista de mulheres a serem assassinadas em câmaras de gás no campo de concentração de Bernburg.

A última carta de Olga data de novembro de 1941, mas sua família só teve a confirmação de sua morte em 1945, com o final da guerra. Olga Benario foi assassinada aos 34 anos.

Mulher, comunista, judia, camarada, Olga deixou para a posterioridade um exemplo da luta feminista contra as opressões. É notável que sua longa prisão e duras torturas tenham ocorrido porque ela não entregou nenhuma informação aos algozes que a assassinaram, mesmo com uma criança nos braços. Em um dos documentos anexados no livro de Anita, Olga alegava que “se outros se tornaram traidores, eu jamais o serei”, derrotando o exército nazista em uma demonstração de abnegação e lucidez.

Hoje, Olga Benario está presente em cada ocupação de

mulheres, em cada protesto contra os feminicídios e contra os governos fascistas que estão no poder, como o que ocorre no Brasil com Jair Bolsonaro.

Em meio à maior crise humanitária do país, é importante lembrarmos que Olga se manteve uma grande camarada comunista, mesmo sob as mais terríveis situações. Olga ficou conhecida por estudar e debater com as outras mulheres que estavam nos campos de concentração e por sempre levar uma mensagem de esperança e de vitória do bem, do comunismo, contra todo o retrocesso.

Cabe a nós repassarmos a história desta grande mulher para todas as companheiras e companheiros que escolheram marchar na luta por direitos, por moradia, pelo justo e pelo melhor do mundo.

Olga Benario, presente! Agora e sempre!

*Nana Sanches,  
da Coordenação do  
Movimento de Mulheres  
Olga Benario*

## O ato de estudar

Paulo Freire

Tinha chovido muito toda a noite. Havia enormes poças de água nas partes mais baixas do terreno. Em certos lugares, a terra, de tão molhada, tinha virado lama. Às vezes, os pés apenas escorregavam nela. Às vezes, mais do que escorregar, os pés se atolavam na lama até acima dos tornozelos. Era difícil andar. Pedro e Antônio estavam transportando numa camioneta cestos cheios de cacau para o sítio onde deveriam secar. Em certa altura, perceberam que a camioneta não atravessaria o atoleiro que tinham pela frente. Pararam. Desceram da camioneta. Olharam o atoleiro, que era um problema para eles. Atravessaram os dois metros de lama, defendidos por suas botas de cano longo. Sentiram a espessura do lamaçal. Pensaram. Discutiram como resolver o problema. Depois, com a ajuda de algumas pedras e de galhos secos de árvores, deram ao terreno a consistência mínima para que as rodas da camioneta passassem sem se atolar. Pedro e Antônio estudaram. Procuraram compreender o problema que tinham a resolver e, em seguida, encontraram uma resposta precisa. Não se estuda apenas na

escola. Pedro e Antônio estudaram enquanto trabalhavam. Estudar é assumir uma atitude séria e curiosa diante de um problema.

Esta atitude séria e curiosa na procura de compreender as coisas e os fios caracteriza o ato de estudar. Não importa que o estudo seja feito no momento e no lugar do nosso trabalho, como no caso de Pedro e Antônio, que acabamos de ver. Não importa que o estudo seja feito noutro focal e noutro momento, como o estudo que fazemos no Círculo de Cultura. Em qualquer caso, o estudo exige sempre esta atitude séria e curiosa na procura de compreender as coisas e os fatos que observamos. Um texto para ser lido é um texto para ser estudado. Um texto para ser estudado é um texto para ser interpretado. Não podemos interpretar um texto se o lemos sem atenção, sem curiosidade; se desistimos da leitura quando encontramos a primeira dificuldade. Que seria da produção de cacau naquela roça, se Pedro e Antônio tivessem desistido de prosseguir o trabalho por causa do lamaçal?

Se um texto às vezes é difícil, insiste em compreendê-lo.

Trabalha sobre ele como Antônio e Pedro trabalharam em relação ao problema do lamaçal. Estudar exige disciplina. Estudar não é fácil porque estudar é criar e recriar é não repetir o que os outros dizem. Estudar é um dever revolucionário!

Parecem óbvias as preocupações que este texto sobre o ato de estudar revela – e que precisa se combater, por exemplo, a posição ideológica, por isso mesmo nem sempre explicitada, de que só se estuda na escola. Daí que seja ela, a escola, considerada, deste ponto de vista, como a matriz do conhecimento. Fora da escolarização não há saber ou o saber que existe fora dela é tido como inferior, sem que tenha nada que ver com o rigoroso saber do intelectual.

Na verdade, porém, este saber tão desdenhado, “saber de experiência feito”, tem de ser o ponto de partida em qualquer trabalho de educação popular orientado no sentido da criação de um conhecimento mais rigoroso por parte das massas populares. Enquanto expressão da ideologia dominante, este mito penetra as massas populares provocando nelas, às vezes, a falta de estima, por se sentirem gente de nenhuma ou de muito pouca “leitura”. Se faz preciso, en-

tão, enfatizar a atividade prática na realidade concreta (atividade a que nunca falta uma dimensão técnica, por isso, intelectual, por mais simples que seja) como geradora de saber.

O ato de estudar, de caráter social e não apenas individual, se dá aí também, independentemente de estarem seus sujeitos conscientes disto ou não. No fundo, o ato de estudar, enquanto ato curioso do sujeito diante do mundo, é expressão da forma de estar sendo dos seres humanos, como seres sociais, históricos, seres fazedores, transformadores, que não apenas sabem, mas sabem que sabem. É necessário salientar também que esta curiosidade séria em face do objeto ou do fato em observação, ao exigir de nós a compreensão do objeto, que não deve ser só descrito em sua aparência, nos leva à procura da razão de ser do objeto ou do fato.

Outra preocupação que se encontra neste texto sobre o ato de estudar é o direito que o Povo tem de conhecer melhor o que já conhece em razão de sua prática (compreensão mais rigorosa dos fatos parcialmente apreendidos e explicados) e de conhecer o que ainda não conhece. Neste processo, não se trata propriamente de entregar ou de transferir às massas

populares a explicação rigorosa ou mais rigorosa dos fatos como algo acabado, paralisado, pronto, mas contar, estimulando e desafiando, com a capacidade de fazer, de pensar, de saber e de criar das massas populares.

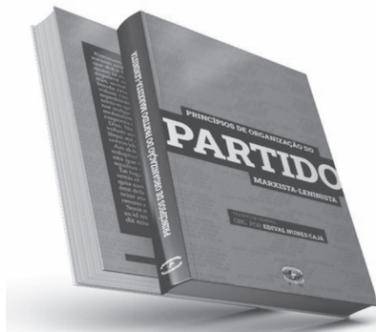
“Se está persuadido de que uma verdade é fecunda”, diz Gramsci, “só quando se faz um esforço para conquistá-la”. Que ela não existe em si e por si, senão como um conquista do espírito, que cada indivíduo precisa reproduzir aquele estado de ansiedade que atravessou o estudioso antes de alcançá-lo.

A falta de estima tende a ser superada por um sentimento de segurança e confiança na medida em que largos setores populares, mobilizando-se em torno de reivindicações que lhes são fundamentais, se organizam para concretizá-las. A partir daí se sabem sabendo e exigem saber mais.

*Paulo Freire (1921-1997) é patrono da educação brasileira, autor dos livros A importância do ato de ler e Pedagogia do Oprimido.*

Foi preso e torturado pela ditadura militar.

# Livro *Princípios do Partido Marxista-Leninista*, um chamado à ação coletiva



“Deem-nos uma organização de revolucionários e revolucionaremos a Rússia”. Assim Vladimir Lênin resumiu a pergunta insistente de como seria possível realizar uma revolução social. Desde a histórica Associação Internacional dos Trabalhadores, sob o comando de Karl Marx e Friedrich Engels, a luta dos revolucionários se concentra na organização da principal classe produtora das riquezas sociais, a classe operária. Somente a partir dela pode ser materializada a palavra de ordem expressa no Manifesto do Partido Comunista, de 1848: “Proletários de todos os países, uni-vos”.

Mas a questão posta desde o desenvolvimento do Socialismo enquanto ciência social é complexa e não pode ser subestimada. Não se trata, sim-

plesmente, da reunião formal de homens e mulheres explorados numa organização política. Isso parece absolutamente comum a todo o processo de transformação social durante a História. No caso da Revolução Socialista, existem princípios que norteiam essa organização, uma estrutura própria, uma doutrina política e filosófica (o marxismo-leninismo), uma estratégia e tática capazes de deslocar a burguesia do poder, classe possuidora dos meios de produção no capitalismo, destruir sua forma superior de opressão, o Estado Capitalista, e, em seu lugar, erguer o Estado Socialista.

Logo, é fundamental estudar as condições objetivas para a criação dessa organização, seus métodos e estruturas, orientadas e dirigidas com um único fim: levar a classe operária à vitória da sua Revolução Proletária. Foi exatamente para isso que as Edições Manoel Lisboa lançaram, no final de 2020, o livro *Princípios de Organização do Partido Marxista-Leninista*, resgatando o debate teórico que norteou os revolucionários

desde a transformação da Liga dos Justos em Liga Internacional dos Comunistas, em 1847, por proposta de Marx e Engels.

A obra carrega uma precisa e criteriosa coletânea de textos, organizada por Edival Nunes Cajá, membro do Comitê Central do Partido Comunista Revolucionário, sociólogo, dirigente que enfrentou a ditadura militar fascista no Brasil. Os capítulos do livro trazem correspondências, partes de outras obras, brochuras, conferências e artigos escritos por revolucionários de diversos países, exemplos criadores do processo revolucionário. E textos de Lênin, Stálin, Dimitrov, Enver Hoxha, Che Guevara, Elena Ódena, Luiz Falcão, além de documentos da Internacional Comunista e da Conferência Internacional de Partidos e Organizações Marxistas-Leninistas (CIPOML).

Neles, a preocupação é forjar um modelo organizativo capaz de se adaptar às condições históricas; reforçar o papel da classe operária na revolução; combater os oportunistas, revisionistas e reformistas de todas as matizes;

preparar teórica e praticamente essa organização por meio da crítica e da autocrítica; reforçar o seu caráter centralizado e democrático; combater as manifestações de sectarismo, esquerdismo e direitismo nas fileiras do partido; e a necessidade objetiva de se ligar, se fundir com as mais amplas camadas do proletariado, ganhando sua confiança. A unidade imprescindível entre teoria e prática, formação e combate, estudo e luta.

O objetivo é reforçar a nossa arma teórica e ideológica. Dispor os militantes de um arsenal de guerra contra os capitalistas, seus lacaios e bajuladores. Ao mesmo tempo, reafirma a tarefa atual de construção desse tipo de organização para a Revolução no Brasil. As ideias expressas no livro devem embalar a militância de milhares de homens e mulheres; devem ser combustível para abastecer o fogo revolucionário em cada canto do país.

Com o aprofundamento da crise em todos os níveis, acelerada com a pandemia do coronavírus, o povo brasileiro certamente encontrará um no-

vo caminho para enterrar as ilusões nesse sistema de fome. Saberá que o caminho para a plena libertação das mazelas sociais está na sua própria força, na sua organização. O marxismo-leninismo iluminará, num breve espaço de tempo, o horizonte turvo em que se encontra a classe operária no nosso país. E aí, sim, se cumprirão, como bem expressas na introdução dessa importante obra, carregada de imenso otimismo revolucionário, as palavras de Cajá:

“Também o proletariado revolucionário do Brasil, assimilando a experiência internacional da classe operária, vencerá a burguesia e seu exército mercenário, com seu partido comunista revolucionário, temperado através da luta de classes, como fez o partido de Lênin, Stálin, Sverdlov e Dzerjinsky... Somente por meio dessa titânica luta revolucionária organizada e dirigida pelo Estado-Maior dos trabalhadores do Brasil poderemos transformar a caduca sociedade capitalista exploradora e opressora na sociedade socialista.

Serley Leal

## A construção material: uma tarefa de todos

João Coelho (SP)

As consequências da grave e generalizada crise do sistema capitalista para a classe trabalhadora e os povos têm sido a miséria, a fome, o adoecimento, a repressão e a morte. Essa catástrofe social é comprovada pelos números, que no Brasil apontam o seguinte cenário:

Na primeira semana de agosto de 2020, havia no país 12,8 milhões de trabalhadores desempregados procurando emprego; 13,5 milhões que gostariam de trabalhar, mas que desistiram de procurar uma oportunidade; 5,6 milhões subocupados, ou seja, que trabalham apenas alguns dias na semana. O nível de ocupação era de 49,5% (menos da metade das pessoas em idade de trabalhar estavam empregadas) e a taxa de desemprego real alcançou 29,1%.

Segundo o IBGE, em 2018, o país tinha 13,5 milhões de pessoas (6,5% da população) em situação de extrema pobreza, vivendo com menos de R\$ 145,00 por mês, e mais de um quarto da população (25,3%) em situação de pobreza, vivendo com menos de R\$ 420,00 *per capita* por mês.

Em 2019, a polícia foi responsável por ao menos 5.804 assassinatos dos 57.000 casos de mortes violentas registrados no Brasil e, em 2020, as mortes causadas pelas forças de segurança do Estado devem ser muito maiores, pois os casos têm crescido em meio à pandemia. Em São Paulo, de janeiro a maio, foram assassinadas 442 pessoas pela polícia (o maior número desde 2001, quando se iniciou a conta-

gem), já no Rio de Janeiro, somente em março e abril, foram 290 mortes, incluindo crianças.

O déficit habitacional do país chegou a aproximadamente 8 milhões de moradias. Falta acesso à água tratada para 5 milhões de brasileiros e quase 100 milhões de pessoas não possuem coleta de esgoto, o que potencializa a proliferação de doenças e se expressa, inclusive, nos dramáticos números da Covid-19 no país: quase 230 mil mortes, até o momento.

Essa situação, pela qual são responsáveis os capitalistas e suas constantes ofensivas contra os direitos da classe operária, impõe como tarefa histórica a transformação da sociedade, o que coloca entre muitas dessas condições a serem discutidas, a construção material do movimento revolucionário.

### Profissionalizar a arrecadação e o controle

Em primeiro lugar, é importante identificar que existe uma grande subestimação da importância da construção material de nossas organizações e movimentos. De forma geral, não falta criatividade ao conjunto da militância de nossas organizações, o que se expressa em uma grande quantidade de propostas e ideias aprovadas para gerar recursos, além de uma série de ações espontâneas e desorganizadas que geram resultados imediatos importantes e que acabam sendo responsáveis por garantir o financiamento de várias lutas. O problema reside na falta de responsabilidade, zelo e atenção

com este trabalho, que se desenvolve de forma pouco profissional, tanto na arrecadação quanto no controle das finanças.

É necessário compreender que gerar recursos financeiros suficientes para construir e desenvolver o movimento revolucionário é uma das questões decisivas para que seja possível organizar uma ofensiva contra o capital, do contrário, menos lutas serão mobilizadas, menor será a organização da classe trabalhadora e estaremos sempre limitados a uma postura defensiva, sem colocar em xeque as posições dos capitalistas.

Definir esse trabalho como fundamental, crescer e profissionalizar a arrecadação de recursos e controlar de forma eficiente os gastos através da definição de prioridades é uma tarefa que precisa ser compartilhada entre todos, assumida por cada militante e colocada no centro das decisões coletivas.

Para isso é importante reafirmar que a contribuição individual de cada militante é o principal pilar da construção financeira de nossas organizações, pois é um recurso que não depende de nenhuma condição externa, apenas da consciência e do compromisso de cada um com a construção material de seu partido e da revolução brasileira.

Também é importante lembrar que um trabalho profissional necessita de tempo e preparo para ser realizado, devendo todos os militantes dedicarem parte de sua energia para garantir as atividades de arrecadação financeira e todos os

coletivos definirem responsáveis por realizar um controle minucioso dos recursos e apresentar, de forma clara, objetiva e precisa, os informes sobre as finanças de nossas organizações.

### Os trabalhadores podem construir sua libertação

Outro ponto importante é superar a consciência paternalista com a qual é encarada a construção material de nossas organizações. Segundo Marx, nos Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT): “[...] a emancipação da classe operária tem de ser conquistada pela própria classe operária”. Portanto, apenas a classe operária, os trabalhadores, o povo pobre, podem financiar a luta pela derrubada do capitalismo e construir materialmente as organizações necessárias para dar cabo dessa luta. Não há e nem pode haver outra fonte de recursos que não a nossa própria classe.

Cabe aos militantes dar sua cota de contribuição a essa construção e discutir, tirar dúvidas e convencer aqueles que apoiam a luta a fazerem o mesmo, deixando de agir como se a classe trabalhadora não tivesse condições objetivas e subjetivas de fazê-lo.

Não são poucos os exemplos que temos de organizações ditas populares que, ao não serem financiadas por aqueles que diziam representar, mas por membros de outras classes sociais ou mesmo por organizações estrangeiras, perderam sua autonomia, sua soberania, sua liberdade e, conseqüentemente, desviaram-se

do caminho revolucionário.

Logo, é papel de cada militante e coletivo criar as condições para que a classe operária financie o seu partido, organizando círculos de apoiadores fixos de nossas organizações e assinantes do jornal *A Verdade*, garantindo que todos os militantes paguem sua contribuição mensal, desenvolvendo atividades de finanças, como festas, bingos e rifas, trabalhando para que as entidades estudantis, associações, sindicatos e outras organizações populares possam financiar suas próprias lutas e implementando as campanhas de finanças organizadas para atividades específicas, como congressos estudantis, campanhas eleitorais, encontros internacionais de trabalhadores, de mulheres e de juventude, etc.

Por último, é necessário refletir que a discussão acerca das finanças e da construção material do partido e da revolução é uma questão de caráter político e ideológico, e não pode ser burocratizada e tratada apenas como algo administrativo. Este debate precisa ser feito com uma profunda luta política em cada coletivo, com cada militante e com cada trabalhador e trabalhadora com quem temos contato e que nos apoia. Devemos demonstrar que o melhor investimento que podemos fazer com os recursos que conseguimos é financiar as verdadeiras organizações revolucionárias de nosso país, pois, assim, poderemos nos libertar mais rapidamente do capitalismo e de toda forma de exploração e opressão do homem pelo homem.

# TORTURADAS PELA DITADURA

## Por não seguirem o exemplo das Mulheres de Atenas

José Levino

**U**ma ditadura militar foi instalada no Brasil (1964-1985) para impedir a implantação das reformas de base que mudariam a estrutura econômica em vista da construção de uma nação soberana e com um modelo econômico voltado para dentro e preocupado com a melhoria das condições de vida para todo o povo. Claro que o novo modelo feria os interesses dos grandes monopólios estrangeiros e seus aliados internos e que esta foi a causa da instalação do regime ditatorial.

No projeto das reformas de base, nada havia de comunismo. Mas este foi o fantasma levantado para angariar o apoio popular e lançar uma campanha de orações por todo o país, com o apoio de setores das Igrejas Católica e Evangélica, pedindo proteção contra a ameaça vermelha.

Discordou do regime, era comunista e vítima de perseguição. Militava ou apoiava alguma organização política de oposição, estava sujeito à prisão legal ou ilegal, às torturas nas casas da morte clandestinas ou mesmo nos porões da repressão oficial.

A tortura existe desde tempos imemoriais como método de combate aos inimigos ou adversários. Mas, com o tempo, foi se sofisticando para não deixar marcas físicas que pudessem comprovar sua aplicação. Tornou-se “tortura científica”. De modo que, não passa de deboche e vilipêndio a afirmação do presidente Bolsonaro de que aguarda um exame de raios-x da mandíbula da ex-presidente Dilma Rousseff para comprovar a fratura decorrente da tortura.

Capitão reformado do Exército (1973-1988), Bolsonaro sabe muito bem que as corporações militares não fazem exames para analisar os efeitos de suas torturas, as sequelas deixadas nos corpos dos que escaparam. Se bem que as principais marcas ficaram foi na alma. O torturador mais famoso e temido, Sérgio Paranhos Fleury, delegado do Dops de São Paulo, que chegou a ser convocado para prestar “serviços” em todo o país, disse para uma de suas vítimas mais famosas, Frei Tito: “Nós vamos te quebrar por dentro”. Dito e feito. O frade escapou fisicamente, mas não conseguiu viver com as lembranças terríveis da “sucursal do inferno”, e cometeu suicídio.

Quarenta e cinco mulheres constam da lista de mortos e desaparecidos elaborada pela Comissão Nacional da Verdade. Centenas foram vítimas das torturas. Vinte e sete têm seus depoimentos registrados na publicação LUTA, Substantivo Feminino, editada pe-

la Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Editora Caros Amigos, São Paulo, 2010. Elas não apresentam raios-x, mas seu testemunho confirmado por companheiras/os presos na mesma época e, em alguns casos, até por torturadores que deram seu depoimento para a Comissão da Verdade, assumiram o crime e disseram que *fariam tudo de novo*. Outros dizem que *o erro foi não eliminar todos os presos políticos*.

Todos os depoimentos são muito expressivos, mas vamos destacar neste artigo a síntese de alguns, pois o espaço exige uma amostra, apenas.

### Aborto no quinto dia de sofrimento

**Izabel Fávero** militava na VAR-Palmares. Professora universitária, foi presa com seu companheiro e sogros em Nova Aurora, cidade do interior paranaense, em 1970. Foram torturados a noite toda na frente uns dos outros. Saquearam a casa e levaram tudo, até a roupa de cama. Transferidos para o Batalhão de Fronteira em Nova Iguaçu, as torturas prosseguiram, executadas pelo capitão Júlio Cerda Mendes e pelo tenente Mário Expedito Otresk, que aplicaram pau de arara e choques elétricos. Sabiam que ela estava grávida, mas isso não significava nada para os torturadores. Abortou no quinto dia de sofrimento. Daí, foram levados para o Dops do Rio de Janeiro, onde a tortura foi praticada por policiais com o emblema do Esquadrão da Morte. Levados de volta para Foz do Iguaçu, depois Porto Alegre (Dops). Izabel escapou, mas ficaram as consequências. Durante anos, não conseguia dormir direito, acordava transpirando, passava noites sem pregar os olhos.

### “Filho dessa raça não deve nascer”

**Hecilda Fonteles**, professora universitária, também estava grávida quando ocorreu sua prisão em Brasília, no ano de 1971. Sob socos e pontapés, ouvia os agentes dizerem: “Filho dessa raça não deve nascer”. Foi levada para o Pelotão de Investigações Criminais (PIC) e submetida à tortura dos “refletores”, pela qual a



Inês Etienne foi estuprada e sofreu choques elétricos

pessoa é mantida a noite inteira com uma luz forte no rosto. Conduzida para o Batalhão da Polícia do Exército do Rio de Janeiro, conheceu a Cadeira do Dragão. Trata-se de uma cadeira elétrica semelhante àquelas em que são executadas as sentenças de morte nos EUA, só que o torturador controla o nível dos choques para manter a vítima sob intenso sofrimento, mas viva. Ela conta: “Os fios subiam pelas pernas e eram amarrados nos seios. As sensações eram indescritíveis – calor, frio, asfixia. Além disso, batiam no rosto, no pescoço, nas pernas”. De volta a Brasília, jogaram-na numa cela cheia de baratas que roíam seu corpo; conseguiu tirar o suíã e encobrir a boca e os ouvidos. Levada para o Hospital de Brasília, sentindo as dores do parto, o médico, irritadíssimo, fez um corte sem anestesia. Apesar das condições, Paulo Fontelles Filho sobreviveu.

### Pau de arara e estupro

**Gilse Cosenza** era recém-formada em Serviço Social e militava na Ação Popular (AP) quando foi presa, em junho de 1969, em Belo Horizonte. Ficou três meses numa solitária, sendo interrogada sob tortura: choque elétrico, afogamento, pau de arara, espancamento, tortura sexual. Manuseavam o corpo, apagavam ponta de cigarro nos seios. À noite, levaram-na de olhos vendados para um posto policial afastado, numa estrada, onde foi torturada de sete da noite até o amanhecer, sem intervalo. Eles tinham um cassetete cheio de pontinhos que usavam para espancar os pés e as nádegas enquanto estava no pau de arara, de cabeça para baixo. “Quando estava muito arrebitada, um torturador me tirou do pau de arara. Cai

no chão. Nessa situação, fui estuprada pelo sargento Leo, da Polícia Militar. Depois, como não dei as informações que queria, ameaçavam trazer minha filha de quatro meses para ser torturada de formas terríveis na minha frente”.

**Maria do Socorro Diógenes**, professora, militava no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Foi presa no Recife, em abril de 1972. Arrancaram toda a sua roupa e a sentaram no chão molhado. Passou por afogamento várias vezes, com a cabeça encapuzada mergulhada numa água suja. O corpo ficou todo preto de tanto ser pisado. Foi colocada várias vezes no pau de arara. Abusavam sexualmente com choques nos seios, na vagina, passavam a mão. Foi torturada diariamente durante um mês. Uma vez simularam sua morte. Arrastaram-na pela madrugada e a colocaram num camburão onde tinha corda, pá, ferramentas. Pararam num lugar esquisito, só para aterrorizar.

**Jessie Jane**, professora, foi militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Era estudante secundarista quando foi presa em 1º de julho de 1970, no Rio de Janeiro (RJ). “Minha filha nasceu em setembro de 1976, durante o Governo Geisel. Eu tive de fazer o parto num hospital privado, fiz uma cesariana, sofri muita pressão. Eles diziam que tinha de fazer como na Indonésia: matar os comunistas até a terceira geração para eles não existirem mais. E depois, a entrega da minha filha foi muito difícil. Eu a entreguei para a minha sogra, pois minha família estava toda no exílio. Foi a pior coisa da minha vida, a mais dolorida. A separação de uma criança com três meses é muito dura para uma mãe, é horrível. É uma coisa que nunca se supera. É um buraco. De toda a minha história, essa é a mais dramática. A minha gravidez resultou do primeiro caso de visita íntima do Rio de Janeiro. Meu marido estava preso na Ilha Grande e, quando da passagem do Governo Médici para o Geisel, havia uma reivindicação para que nos encontrássemos. Fazia cinco anos que não nos víamos. Foi nessa conjuntura que eu fiquei grávida. A nossa prisão foi muito violenta. Fomos levados para o DOI-Codi, onde fomos muito torturados. As torturas foram tudo que você pode imaginar. Pau de arara, choque, violência sexual, pan-

cadaria generalizada. Quando chegamos lá, tinha um corredor polonês. Todas as mulheres que passaram por ali sofreram com a coisa sexual. Isso era usado o tempo todo”.

**Inês Etienne Romeu** era bancária e militava na VPR. Foi presa em maio de 1971, em São Paulo, e levada para a Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). Pancadas e choques elétricos marcaram sua recepção. Disseram que não queriam informação alguma, apenas matá-la de forma lenta e cruel, como merecem os terroristas. Foi estuprada. Era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades grosseiras. Inês só foi libertada após a Anistia, em 1979 e identificou seis torturadores. Morreu aos 61 anos em seu apartamento, num acidente muito suspeito.

“O objetivo da tortura é esse: vilipendiar você como pessoa, para que seu corpo, sua vontade percam o controle e você se sinta um montão de carne, ossos, merda, dor e medo”, afirmou Lilian Celiberti, uruguaia, militante do Partido da Vitória do Povo (PVP), sequestrada em Porto Alegre, em novembro de 1978.

Constituição Federal de 1988, art. 5º, XLIII: “a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem”.

José Levino é historiador



**A VERDADE**  
Um jornal das  
trabalhadoras e dos  
trabalhadores,  
vendido nas  
melhores bancas de  
revistas do país